

P R E F E I T U R A D E I T U I U T A B A

Ofício n.º 2025/278

Ituiutaba, 24 de julho de 2025.

A Sua Excelência o Senhor
Francisco Tomaz de Oliveira Filho
Presidente da Câmara Municipal de Ituiutaba
Rua 24 n.º 950
Ituiutaba - MG

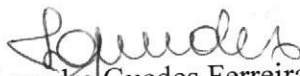
Assunto: **Encaminha Mensagem n.º 088.**

Senhor Presidente,

Tenho o prazer de passar às mãos de V. Exa. a inclusa Mensagem n.º 088/2025, desta data, acompanhada de projeto de Lei que ***Concede subvenção no exercício de 2025 e dá outras providências.***

Com expressões de apreço e distinta consideração, subscrevo-me.

Atenciosamente,


Leandra Guedes Ferreira
- Prefeita de Ituiutaba -

PREFEITURA DE ITUIUTABA

MENSAGEM N. 088/2025

Ituiutaba, 24 de julho de 2025.

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,

Por meio da presente Mensagem, é encaminhado a esse Legislativo Municipal, projeto de lei que autoriza o Executivo a destinar, a Casa de Maria Nossa Senhora das Graças (CNPJ: 09.640.593/0001-25), recursos financeiros, no montante de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Os recursos que serão repassados por meio do presente projeto serão para custeio da entidade.

A iniciativa de lei informada por esta mensagem decorre de solicitação formulada no Processo Administrativo n.º 10.442, de 26 de maio de 2025.

Mesmo o recurso estando previsto no orçamento, a Lei 13.019/14, art. 31, II, bem como a Lei Complementar 101/2000, art. 26, exigem lei específica para que o repasse seja realizado diretamente a entidade.

Houve significativa alteração no regramento a respeito do repasse de recursos a entidades do terceiro setor com a entrada em vigor da Lei 13.019/2014.

Sendo assim, a lei poderá garantir o amparo, mas a liberação dos recursos está inteiramente condicionada ao preenchimento dos requisitos legais pela entidade e do enquadramento nas hipóteses de inexigibilidade do chamamento público, o que será verificado em processo administrativo no caso concreto.

Com essas elucidações, encontra-se a matéria em condições de merecer o exame dessa Casa de Leis.

Com os protestos de estima e consideração, renovamos as homenagens devidas aos nobres integrantes dessa Câmara.

Saudações,


Leandra Guedes Ferreira
- Prefeita de Ituiutaba -

PREFEITURA DE ITUIUTABA

PROJETO DE LEI N. XXXX, DE XX DE XXXX DE 2025

Concede subvenção no exercício de 2025 e dá outras providências.

CM/105/2025

A Câmara Municipal de Ituiutaba decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º A Prefeitura Municipal de Ituiutaba poderá conceder subvenção, no exercício de 2025, a Casa de Maria Nossa Senhora das Graças (CNPJ: 09.640.593/0001-25), mediante celebração de Termo de Fomento, conforme Processo Administrativo n.º 10.442, de 26 de maio de 2025.

Art. 2º O valor total da presente lei é de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Art. 3º Fica autorizado abertura de crédito adicional especial nos termos do inciso V do art. 167 da Constituição Federal, conjugado com os artigos 40, 41, 42 e 43 da Lei nº 4.320/64.

Art. 4º Nos termos do inciso I do § 1º do art. 43 da Lei nº 4.320/64, será tomado como fonte de recursos para fazer face ao crédito adicional especial autorizado por esta lei, os resultantes de superávit financeiro.

Art. 5º A transferência dos recursos será feita depois de celebrado Termo de Fomento entre o Município e a entidade destinatária dos recursos, mediante aprovação de requerimento da entidade beneficiária, acompanhado dos seguintes documentos:

- a) comprovação da existência legal da entidade;
- b) prestação de contas da aplicação da ajuda financeira anteriormente recebida;
- c) prova de regularidade do mandato de sua diretoria;
- d) demais documentos exigidos pela Lei Federal nº 13.019/2014 e Decreto Municipal nº 8.362/2017.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Ituiutaba, em 24 de julho de 2025.


Leandra Guedes Ferreira
- Prefeita de Ituiutaba -



MUNICIPIO DE ITUIUTABA
Prefeitura Municipal de Ituiutaba
Capa de Processo



PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITUIUTABA

SPCP - SISTEMA DE PROTOCOLO E CONTROLE DE PROCESSOS

Data de Abertura: 26/05/2025 13:36:54

Número do Processo: 10442 / 2025

Contribuinte: CASA DE MARIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

Órgão Solicitante:

Endereço:

Telefone:

C.N.P.J ou C.P.F: 09.640.593/0001-25

Assunto do Processo: LIBERAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIRO

Complemento do Assunto: SOLICITA-SE POR MEIO DESTA A LIBERAÇÃO DE RECURSOS, CONFORME

ANEXO.

Órgão Responsável: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Atendido por: ANA CAROLINA DO NASCIMENTO E AZEVEDO FERREIRA

CASA DE MARIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

CNPJ 07.640.593/0001-25

Rua 20, nº 196 - Centro - 38300-074 - Ituiutaba - Minas Gerais

Ituiutaba, 14 de abril de 2025.

Exma. Sra.

LEANDRA GUEDES FERREIRA

DD. Prefeita de Ituiutaba

Senhora Prefeita,

Cumprimentando-a cordialmente, venho a presença de V. Exa. solicitar a liberação de recursos que foram disponibilizados pela Prefeitura de Ituiutaba à no valor de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), para atender as necessidades da instituição

Segue em anexo a documentação solicitada.

Atenciosamente,

Geovane Bispo dos Santos Lima
GEOVANE BISPO DOS SANTOS LIMA

Presidente

CASA DE MARIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

CNPJ 09.640.593/0001-25

Rua 20, nº 196 – Centro – 38300-074 – Ituiutaba – Minas Gerais

PLANO DE TRABALHO

PLANO DE TRABALHO				
1 – Identificação do Solicitante				
Razão Social: CASA DE MARIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS				CNPJ: 09.640.593/0001-25
Endereço: Rua 20, n. 196				Bairro: Centro
Cidade: Ituiutaba	UF: MG	CEP: 38.300-074	Fone: (34) 9-99896-2220	Lei de Utilidade Pública Municipal - Lei nº 3.425, de 27 de outubro de 2000
Conta Corrente: 576016885	Banco: CEF	Agência: 0125	Registro no Conselho Municipal Gestor:	
Nome do Responsável: Geovane Bispo dos Santos Lima				Cargo: Presidente
Vigência do Mandato: 01/03/2024 a 01/03/2028				Fone Contato: (34) 9.9895-2220

2 – Caracterização da Proposta	Duração
Finalidade do Objeto: Promoção da assistência social, desenvolvendo trabalhos individuais e em grupos, com voluntários, assistindo e apoiando programas e projetos sociais voltados ao atendimento à família, a maternidade, a terceira idade, população em situação de rua e em especial aqueles que se encontram em risco social, fornecendo, agasalhos, roupas e alimentação diária.	
Justificativa: Infelizmente em nossa cidade e em todo o mundo existe um grande número de pessoas com fome, e sem apoio social. Nós da Casa de Maria buscando um atendimento humanizado e consciente, acolhendo mulheres grávidas abandonadas por seus companheiros, pessoas idosas vivendo uma situação precária muitas das vezes sem recurso para comprar um alimento, são centenas de famílias desabrigas que nos procuraram para se alimentar, muitos deles só vão conseguir ter aquela refeição, o almoço que é serviço todos dias em nossa instituição. Diante disso necessitamos um apoio do Poder Público para podermos continuar com nosso projeto.	
Tipo de atividade que pretende desenvolver: queremos continuar oferecendo nossa assistência aos mais necessitados, oferecendo comida/almoço de segunda a sexta-feira, para mais 60 pessoas por dia.	

CASA DE MARIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

CNPJ 09.640.593/0001-25

Rua 20, nº 196 – Centro – 38300-074 – Ituiutaba – Minas Gerais

Identificação completa da pessoa responsável pela elaboração e execução do Projeto:

- **Nome:** Geovane Bispo dos Santos Lima
- **Profissão:** Inspetor de alunos
- **CPF:** 062.692.616-51
- **RG:** MG-13.562.203 SSP/MG
- **Endereço:** Rua Um, com avenidas vinte e seis e vinte e quatro nº 1475 – Bairro Tupã
- **Telefone:** (34) 9.9895-2220

3 – PLANO DE APLICAÇÃO

NATUREZA DA DESPESA – CUSTEIO E MANUTENÇÃO	1º PARTICIPE	2º PARTICIPE	TOTAL
- Pagamento de energia; - Pagamento de água; - Pagamento de aluguel da Casa de Maria; - Pagamento de serviços de telefonia e internet; - Aquisição de lanches; - Aquisição de gêneros alimentícios, secos e molhados, horti fruti granjeiro; - Pagamento de honorários contábeis; - Aquisição de itens de papelaria e escritório; - Aquisição de suprimentos de informática, serviços de encadernação e xerox; - Pagamento de mão de obra de pequenas reformas: pedreiro, calheiro, encanador, pintor e eletricista.			
TOTAL		R\$	50.000,00

CASA DE MARIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

CNPJ 09.640.593/0001-25

Rua 20, nº 196 - Centro - 38300-074 - Ituiutaba - Minas Gerais

5 - DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro para fins de prova junto à **Prefeitura Municipal de Ituiutaba**, para os efeitos e sob as Penas da Lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação inadimplência no Município ou em qualquer órgão ou entidade da **Administração Pública Estadual e Federal**, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos da União, do Estado e do Município, na forma deste Plano de Trabalho.

Pede Deferimento.

Ituiutaba, em _____

GEOVANE BISPO DOS SANTOS LIMA

GEOVANE BISPO DOS SANTOS LIMA

Presidente da CASA DE MARIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

Proponente

6 - APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE

APROVADO:

Ituiutaba, em _____

LEANDRA GUEDES FERREIRA

Prefeita de Ituiutaba

Concedente

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidade:

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 09.640.593/0001-25 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
		DATA DE ABERTURA 11/06/2008	
NOME EMPRESARIAL CASA DE MARIA NOSSA SENHORA DAS GRACAS			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ACM - ASSOCIACAO CASA DE MARIA			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 88.00-6-00 - Serviços de assistência social sem alojamento			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.91-0-00 - Atividades de organizações religiosas ou filosóficas 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 359-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO R VINTE		NÚMERO 195	COMPLEMENTO *****
CNPJ 38.300-074	BARRIO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO ITUJUBA	UF MG
ENDEREÇO ELETRÔNICO GSDS.2014@GMAIL.COM		TELEFONE (34) 9895-2220	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 11/06/2008	
MOTIVO E SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 09/04/2025 às 16:39:03 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[CONSULTAR QSA](#)[VOLTAR](#)[IMPRIMIR](#)

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).



**ILMO SENHOR OFICIAL DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
DA COMARCA DE ITUIUTABA/MG.**

REQUERIMENTO

Eu, Geovane Bispo dos Santos Lima, brasileiro, casado, inspetor escolar, CPF 062.692.616-51 e RG MG 13.562.203 SSP MG, filho de José Bispo dos Santos e Zilda Alves Moreira, residente e domiciliado à avenida um com a vinte e seis e vinte e quatro nº1475, bairro Tupã, CEP 38.304-380, na qualidade de representante legal da **CASA DE MARIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS**, CNPJ 09.640.593/0001-25, endereço eletrônico: casademariaitba@gmail.com situado na Rua 20, nº196 – fundos, Centro CEP 38300-074, em Ituiutaba-MG, venho a presença de Vossa Senhoria, a fim de cumprimento à legislação vigente e conforme disposições estatutárias, requerer, a Averbação e Arquivamento do seguinte documento:

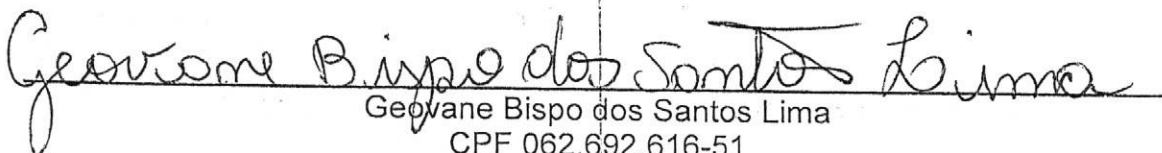
**1. II Alteração do Estatuto Social da CASA DE MARIA NOSSA
SENHORA DAS GRAÇAS, CNPJ 09.640.593/0001-25.**

Por oportuno, declaro para os devidos fins que se fizerem necessários, inclusive sob pena de responsabilização; que para a realização da Assembleia supra, foram observados todos os requisitos legais e ainda todas as disposições estatutárias pertinentes, inclusive quanto à antecedência mínima de convocação e também ao quórum mínimo legal exigido.

Recibo das custas em nome de: **CASA DE MARIA NOSSA SENHORA DAS
GRAÇAS, CNPJ 09.640.593/0001-25.**

Ituiutaba/MG, 18 de novembro de 2024.

N. Termos
Aguarda deferimento.


Geovane Bispo dos Santos Lima

CPF 062.692.616-51

Presidente da Casa de Maria Nossa Senhora das Graças

SEGUNDA ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA DA CASA DE MARIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, CNPJ Nº 09.640.593/0001-25, REGISTRADO NO LIVRO A-3, FLS:290, Nº3362, DATA: 11/06/2008, NO CARTÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS EM ITUIUTABA-MG.

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FINALIDADE E DURAÇÃO

Artigo 1º - A CASA DE MARIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, CNPJ Nº 09.640.593/0001-25 doravante também designado por Casa de Maria, foi constituída em 11 de junho de 2008. É uma pessoa jurídica de direito privado, criado sob a forma de Associação, sem finalidade lucrativa, cujas as suas atividades são de relevância pública e social baseadas nos princípios Cristãos e que reger-se-ão por este estatuto, e pela legislação vigente, tendo prazo de duração indeterminado.

Artigo 2º - A CASA DE MARIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, tem sede e foro na cidade de Ituiutaba, estado de Minas Gerais, na Rua 20, nº196 – fundos bairro Centro CEP 38300-074, podendo abrir e extinguir filiais, sucursais, agências e escritórios em qualquer localidade do país, bem como mudar do endereço de sua sede com base em deliberação ou aprovação da ASSEMBLEIA GERAL, respeitadas as disposições estatutárias e regimentais, se houver, em consonância com a legislação vigente

CAPÍTULO II

DO OBJETO SOCIAL

Artigo 3º - A CASA DE MARIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, tem por objeto atividades de relevância pública e social constantes na prestação e desenvolvimento da assistência social, da educação, do empreendedorismo, dos direitos humanos, da saúde e do bem-estar físico, emocional e espiritual de toda a comunidade atendida direta ou indiretamente pelas obras da CASA DE MARIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS tendo como benefício as seguintes finalidades específicas:

Dr. Vantuil Arantes de Lima Jr.
Advogado
OAB/MG

Elza Simões de Paula Brasileiro
Advogada
OAB/MG

Elma Aparecida Rosa

Gerente Bruno da S. Formosa

Flávia Simões de Paula Brasileiro

Santa

- I -Promoção da assistência social, da educação, da cultura e da saúde; podendo desenvolver trabalhos individuais e em grupos, com voluntários, assistindo e apoiando programas e projetos sociais voltados ao atendimento a família, a maternidade, a infância, a adolescência, a terceira idade, a pessoas com deficiência (PCD), a pessoas soropositivas para o HIV, população LGBTQIA+, a população em situação de rua, população cigana, imigrantes/emigrantes, portadores de sofrimento mental, pessoas em situação de uso e abuso de álcool e outras drogas entre outros grupos passíveis da mais alta vulnerabilidade seja ela social, econômica e ou espiritual atuando diretamente sobre em prol dos mais necessitados, em especial aqueles que se encontram em risco social;
- II -Possibilitar e promover a educação formal e informal, a educação profissionalizante, treinamentos, cursos, palestras, workshops, especializações técnicas e profissionais;
- III -Viabilizar a criação de atividades sociais, produtivas e comunitárias baseadas nos princípios da Economia Solidária podendo comprar e vender, produtos e serviços relacionados direta ou indiretamente a projetos de empreendedorismo social desenvolvidos pela instituição;
- IV -Produzir, editar, publicar, distribuir e divulgar livros, documentos, e-books, revistas, vídeos, filmes, fotos, exposições, programas de rádio difusão, áudio-visuais, televisivos, computacionais entre outros;
- V -Organizar, realizar, divulgar, patrocinar ou participar de eventos, retiros, cursos, workshops, exposições, feiras, shows, seminários, conferências, encontros, debates e grupos de estudo ou trabalho com temas relacionados ao esporte, saúde, assistência social, educação, cultura e meio ambiente;
- VI -Promover campanhas de arrecadação de fundos para promoção e apoio de suas atividades inclusive por meio de: prestação de serviços; comercialização de produtos/mercadorias; fundos patrimoniais; fundos de investimentos e/ou aplicações financeiras;

Dr. Vantuil Marques de Lima Jr
Advogado
OAB MG 189431

Magna Maria Aires
Cláudia Simões da Faria Brandão

[Assinatura]

Liliana Aparecida Rosa

Geotane Bispo dos S. Lima

Paulo Amélia da Silva
Paulo Santos

visando sua autosustentabilidade e fomento de novas iniciativas sociais, podendo distribuir e ou vender produtos e materiais da própria instituição ou de terceiros como formas de angariar recursos para subvencionar as ações da **CASA DE MARIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS**;

VII-Firmar convênios e/ou termos de parceria podendo participar de chamamento público com órgãos e entidades públicas federais, estaduais, municipais e setores privados para cooperação e integração na realização de objetos específicos das áreas constantes do art. 3º, com assessoria jurídica de interesse suplementar, promovendo a ética, a paz, a cidadania, os direitos humanos e a democracia;

VIII-Elaborar, desenvolver, implantar e gerenciar programas que ofereçam aos mais necessitados a possibilidade de gozar de todos os direitos fundamentais inerentes a pessoa humana, assegurando-lhes todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, emocional, ético, moral, espiritual e social.

IX - Desenvolver e aplicar programas educativos, culturais, sociais, recreativos, artísticos e de saúde procurando através dessas atividades, criar consciência crítica dos direitos e deveres individuais e coletivos;

X - Construir, reformar, manter e administrar espaços sócio-educacionais, de convivência e de pesquisa à educação, direitos humanos e cidadania;

XI-Promover ações que visam a Economia Solidária, o desenvolvimento social e econômico da comunidade;

XII-Estabelecer convênios, termos de parceria e ou termos de colaboração com instituições de ensino, pesquisa e extensão para instalação de recursos que beneficiem a comunidade;

XIII-Praticar quaisquer atos e atividades lícitas para a execução do objeto social da **CASA DE MARIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS**, mesmo que não estejam contemplados neste Estatuto, desde que previamente aprovados pela **ASSEMBLEIA GERAL**.

Gerente Bispo do S. Bento

Dr. Vantuil
Advogado
OAB MG 189431

Margem plana
Cláudio Amore de Freitas

Paula Maria Sampaio
Mariane dos S. S. Bento

Li. Ana Antunes

Parágrafo 1º - Para a consecução de seus objetos, a **CASA DE MARIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS** poderá firmar contratos, acordos, parcerias, termo de colaboração, termo de fomento, acordo de cooperação, convênios entre outros instrumentos, com pessoas físicas e jurídicas, públicas e privadas, nacionais ou internacionais, como proponente ou em rede.

Parágrafo 2º - A **CASA DE MARIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS** atua por meio da execução direta e indireta de projetos, programas, planos de ação, podendo receber e fazer doações de recursos físicos, humanos e financeiros, ou pela prestação de serviços de assessoria ou intermediários de apoio a pessoas físicas, jurídicas e outras organizações da sociedade civil e a órgãos do setor público.

Parágrafo 3º - A **CASA DE MARIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS** poderá oferecer plataforma digital de treinamento e aprendizagem profissional visando a mobilização, o desenvolvimento e o protagonismo social, podendo ser acessada por diferentes públicos com interesse comum e afinidade com seu objeto social.

Parágrafo 4º - No desenvolvimento de suas atividades, a **CASA DE MARIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS** observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência e não terá qualquer discriminação de raça, cor, religião, concepção ou ideologia política partidária, filosófica e de classe social, prestando serviços gratuitos, permanentes.

Artigo 4º - A **CASA DE MARIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS**, adotará um Regimento Interno que, complementará e disciplinará disposições, bem como poderá estabelecer as normas de organização e funcionamento constantes neste Estatuto Social.

Geerson Bispo dos S. Lima

Paula Amélia da Silva
Dante Lima

Dr. Vantuil Aguiar de Lima Jr.
Advogado
OAB MG 189431

Regina Maria Silva
Elis Síndica do Povo Brasileiro

Maria Apolá Gomes do Lenc

Lilma Aparecida
Rosa

CAPITULO III DA ADMINISTRAÇÃO

Artigo 5º - A CASA DE MARIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS será administrado por:

- I - Assembleia Geral;
- II - Diretoria Social;
- III - Conselho Fiscal.

Artigo 6º - A Assembleia Geral, órgão soberano da instituição, constituir-se-á dos associados em pleno gozo de seus direitos.

Artigo 7º - Compete à Assembleia Geral:

- I - Eleger a diretoria e o conselho fiscal;
- II - Decidir sobre a reforma do Estatuto;
- III - Decidir sobre a extinção da entidade nos termos da Lei nº 13.019/2014;
- IV - Decidir sobre a conveniência de alienar, transferir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais;
- V - Aprovar o Regimento Interno.

Artigo 8º - A Assembleia Geral realizar-se-á, ordinariamente, uma vez por ano para:

- I - Apreciar o relatório anual da diretoria;
- II - Discutir e homologar as contas e o balanço aprovado pelo Conselho Fiscal.

Artigo 9º - A Assembleia Geral realizar-se-á, extraordinariamente, quando convocada:

- I - Pela Diretoria;
- II - Pelo Conselho Fiscal;
- III - Por requerimento de 2/3 (dois terços) dos associados para tratar de assunto de sua exclusiva competência.

Dr. Vantuil Aragões de Lima Jr.
Advogado
OAB MG 189431

Magno Wang
Elis Amara de Freitas
Aline

Handwritten signature

gestão Binho dos S. Lima

Handwritten notes on the left margin

Handwritten signatures and notes at the bottom of the page

Artigo 10º - A convocação da Assembleia Geral será feita por meio de Edital afixado na sede da instituição, publicado na imprensa local, por circulares ou outros meios eficazes, com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

Parágrafo 1º - Qualquer Assembleia instalar-se-á em primeira convocação com a maioria absoluta dos associados;

Parágrafo 2º - Em segunda convocação, instalar-se-á a assembleia 30 (trinta) minutos após a primeira convocação, com a presença de, pelo menos 2/3 (dois terços) dos associados da Instituição.

Artigo 11º - A Diretoria será constituída por um Presidente, um Vice-Presidente, Secretário e Tesoureiro, devendo exercer a administração dentro das normas do Estatuto e do Regimento Interno, tomando as medidas necessárias à consecução dos fins sociais.

Parágrafo 1º - O mandato da Diretoria e do Conselho Fiscal terá a duração de 03 (três) anos, podendo haver uma reeleição, por igual período.

Parágrafo 2º - Poderá haver a possibilidade de acúmulo de cargos efetivos da Diretoria Executiva, desde que previamente aprovado pela **ASSEMBLEIA GERAL** e desde que não haja incompatibilidade de funções no exercício dos mesmos.

Artigo 12º - Compete ao presidente:

- I- Representar a **CASA DE MARIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS**, de forma judicial e extrajudicialmente;
- II- Cumprir e fazer cumprir este Estatuto e o Regimento Interno;
- III- Presidir as Assembleias Gerais;
- IV- Convocar e presidir as reuniões da diretoria.
- V- Assinar em conjunto com o tesoureiro, quaisquer títulos e

Dr. Vantuil Arantes de Lima Jr.
Advogado
OAB MG 189431

Margem Maria Silva
Advogada
OAB MG 189431

Margem Maria Silva

Margem Maria Silva

documentos dos quais resultem em responsabilidade financeira.

Artigo 13º - Compete ao Vice-Presidente:

- I- Substituir o presidente em suas faltas ou impedimentos;
- II- Assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;
- III- Prestar, de modo geral, a sua colaboração ao presidente.

Artigo 14º - Compete ao Secretário:

- I- Redigir as atas das reuniões da Diretoria e Assembleias Gerais;
- II- Divulgar todas as notícias das atividades da Instituição;
- III- Executar outras atividades correlatas que julgar necessárias.

Artigo 15º - Compete ao Tesoureiro:

- I- Arrecadar e contabilizar, caso haja, as contribuições dos associados, rendas, auxílios e donativos;
- II- Pagar as contas autorizadas pelo presidente;
- III- Apresentar balancetes de receitas e despesas ao Conselho Fiscal;
- IV- Apresentar o relatório financeiro e balanço anual para conhecimento de todos os associados e submetidos à apreciação da Assembleia Geral;
- V- Conservar sob sua guarda e responsabilidade, os documentos relativos à tesouraria;
- VI- Manter o numerário da entidade depositado em instituições financeiras, preferencialmente em bancos públicos.
- VII- Assinar em conjunto com o presidente, quaisquer títulos e documentos dos quais resultem em responsabilidade financeira.

Artigo 16º - O Conselho Fiscal será constituído por 03 (três) associados efetivos, eleitos em Assembleia Geral, cujo mandato de 03 (três) anos se encerra ao término da respectiva Diretoria.

Dr. Vantuil Alves de Lima Jr.
Advogado
OAB MG 189431

Margem Manoel Silva
José Simões de Freitas Brasileiro

Assinaturas

Elma Aparecida Rosa

Gerente B. J. do S. Simões

Assinaturas da Diretoria

Assinaturas

pela Diretoria, respeitados os valores praticados pelo mercado na região correspondente à área em que estiverem atuando,

CAPÍTULO IV DA GESTÃO LEGAL E ADMINISTRATIVA

Artigo 19º- A CASA DE MARIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, necessariamente deverá respeitar em todos os seus atos e decisões o seguinte:

- I - a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência;
- II - adoção de práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes para cobrir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, decorrente de qualquer natureza;
- III - Em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido, será transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei Federal 13.019/2014 e cujo o objeto social seja, preferencialmente, o mesmo a **CASA DE MARIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS**.
- IV - A prestação de contas da Instituição, deverá respeitar o seguinte:
 - a) a observância dos princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade;
 - b) a publicação, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo-se as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS;

Dr. Vantuil Vantunes de Lima Jr.
Advogado
OAB MG 180.000

Margara Helena Silva
Advogada
OAB MG 180.000

Lilma Aparecida ROE

Geerson Bino dos S. Damo

Paulo Sérgio Santos

- c) a prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos pela Instituição será feita conforme determina o parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal.

PARÁGRAFO ÚNICO – As pessoas físicas e jurídicas que contribuírem para **CASA DE MARIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS**, com doações ou contribuições pecuniárias, renunciarão expressamente, por si, seus herdeiros e sucessores, no ato da formalização da doação ou contribuição, a qualquer tipo de reembolso, mesmo em caso de dissolução da entidade.

CAPÍTULO V DOS ASSOCIADOS

Artigo 20º- A **CASA DE MARIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS** é constituído por número ilimitado de associados, cuja inscrição deverá ser aprovada em reunião de Diretoria, por meio de Requerimento próprio contendo nomes e endereços que, se aprovados, serão registrados em fichário organizado para tal finalidade.

§1º. São considerados associados com direito a voto e a ser votado(a) todo(a) aquele(a) que já exerceu cargo de diretor ou conselheiro fiscal por ao menos um mandato completo na Instituição.

§2º. Somente poderá ter direito a voto ou ser votado(a) em qualquer cargo de direção ou conselho fiscal, aquele(a) que tiver ao menos 03 (três) anos como associado e estando em dia com suas obrigações sociais tenha seu nome aprovado pela atual diretoria por meio de assembleia geral convocada exclusivamente para essa finalidade.

Artigo 21º- São direitos dos associados quites com suas obrigações sociais:

Art. 21. A cada 01/11/11 Gilma Aparecida

Dr. Vantuk Marantes de Lima Jr.
Advogado
OAB MG 189437

Elaine Timone de Freitas Brasil
Hugana Maria Silva

Handwritten signature

Guatone Bispo dos S. Simão Maria Jimêz da Silva
Dionísio Santos

- I - Votar e ser votado para os cargos efetivos da Diretoria e Conselho Fiscal;
- II - Participar das Assembleias Gerais ordinárias e extraordinárias e nelas apresentar propostas e decidir sobre assuntos constantes dos editais de convocação;

Artigo 22º- São deveres dos associados:

- I - Cumprir as disposições estatutárias e regimentais;
- II - Acatar as determinações da Diretoria;
- III - Respeitar todos os associados e zelar para a harmonia entre eles;
- IV - Contribuir com trabalhos voluntários para as atividades sociais, e caso necessário, financeiramente;

Parágrafo 1º - O associado poderá ser desligado, por iniciativa própria, ou, havendo justa causa, excluído da associação por decisão da diretoria, após o exercício do direito de defesa. Da decisão caberá recurso à Assembleia Geral.

Parágrafo 2º - Entende-se por justa causa, o descumprimento de qualquer norma prevista neste Estatuto bem como do Regimento Interno, podendo ser aplicada as penas de advertência e suspensão, caso em que a falta seja entendida como grave.

Artigo 23º- Os associados não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelos encargos da instituição.

CAPÍTULO VI DO PATRIMÔNIO

Artigo 24º- O patrimônio da **CASA DE MARIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS**, será constituído de bens móveis, imóveis, veículos, semoventes, numerários depositados em Instituições financeiras, ações e apólices da dívida pública, cujo o inventário deverá fazer parte do balanço anual da entidade.

Dr. Vantun...
Advogado
OAB MG 189

Margna Maria Silva
Clara Gomes de Freitas Bastiano

Filma Aparecida R...

Arde ...

Gerente B. B. dos S. Lima

João ...
João ...

Artigo 25º - A Instituição aplicará suas receitas, rendas, rendimentos ou eventuais resultados operacionais, na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais.

Artigo 26º - Em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido, será transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei Federal 13.019/2014 e cujo o objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da nossa entidade.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 27º - É vedada à Instituição a participação em campanhas de interesse político-partidário ou eleitorais, sob quaisquer meios ou formas.

Artigo 28º - A CASA DE MARIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS somente poderá ser dissolvido por decisão da Assembleia Geral extraordinária, especialmente convocada para tal fim, quando se tornar inviável a continuação de suas atividades.

Artigo 29º - O presente Estatuto poderá ser alterado, a qualquer tempo, mediante a aprovação de 2/3 dos associados presentes na Assembleia Geral, especialmente convocada para esse fim e entrará em vigor na data de seu registro em Cartório.

Artigo 30º - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria e posteriormente referendados pela Assembleia Geral.

Ituiutaba-MG 03 de Setembro de 2024.

Geovane Bispo dos S. Santos

Presidente GEOVANE BISPO DOS SANTOS LIMA, brasileiro, casado, inspetor escolar, inscrito no sob o nº CPF 062.692.616- 51, RG MG 13.562.203 SSP MG, residente e domiciliado à avenida um com a vinte e seis e vinte e quatro nº1475, bairro Tupã, CEP 38.304-380 em Ituiutaba-MG.

Maria AP da Gomes de Oliveira

Antonio Leue Aleucas Lima

Dr. Vantuil Marques de Lima Jr.
Advogado
OAB MG 189431

Margara Manoel de
Celia Simoni de Freitas Brasilino

Maria Amélia da Silva
Francisca Santa

Lilma Aparecida Rosa

Vice-Presidente ZILMA APARECIDA ROSA, brasileira, viúva, aposentada, inscrita no CPF sob o nº 966.636.936-20, RG MG 7.234.784, residente e domiciliada na Avenida Dezenove nº 1175 Centro, CEP 38.300-124 em Ituiutaba-MG.

B

Primeira Secretária NATHALIA BARROS DE SOUZA, brasileira, casada, assistente administrativo, inscrita no CPF sob o nº 086.885.266-05 e RG nº. MG 12.976.563 SSP/MG, residente e domiciliado na Avenida Vinte e Três nº. 1509, Centro, CEP: 38300-114, em Ituiutaba-MG.

St. Martins

Segunda Secretária SÔNIA HELENA MARTINS, brasileira, solteira, do lar, inscrita no CPF sob o nº. 288.646.036-20 e RG nº. MG 1.785.421 – SSP/MG, residente e domiciliada na Rua Jorge Jacob Yunes, nº. 420, Centro, CEP: 38.300-172, em Ituiutaba-MG.

MARIA DAS GRAÇAS SANTOS

Primeira Tesoureira MARIA DAS GRAÇAS SANTOS, brasileira, casada, aposentada, inscrita no CPF sob o nº 481.859.146-72, RG MG 3.359.429, residente e domiciliada na Avenida Dezenove nº 215 Centro, CEP 38.300-124, em Ituiutaba-MG.

Elbia Simone de Freitas Brasileiro

Segunda Tesoureira ELBIA SIMONE DE FREITAS, brasileira, viúva, comerciante, inscrita no CPF sob o nº 872.982.526.15, RG MG 4.876.110, residente e domiciliada na Rua Doze nº 1292 Centro, CEP 38.300-064, em Ituiutaba-MG.

Maria Apêta Gomes de Lira

Conselho Fiscal I MARIA APARECIDA GOMES DE LIRA, brasileira, casada, do lar, inscrita no CPF sob o nº. 545.407.806-97 e RG nº. MG 4.968.406 – SSP/MG, residente e domiciliado na Rua Doze – A, nº. 773, Bairro Setor Sul, CEP: 38300-065, em Ituiutaba-MG.

Maria Amélia da Silva

Conselho Fiscal II MARIA AMÉLIA DA SILVA, brasileira, solteira, do lar, inscrita no CPF sob o nº. 258.552.206-72, RG MG 19.746.734, residente e domiciliada na Avenida Dezesete nº 1583 Centro, CEP 38.300-132, em Ituiutaba-MG.

Luciana Santos

Conselho Fiscal III LUCIANA SANTOS, brasileira, casada, do lar, inscrita no CPF sob o nº. 693.366.876-20, RG MG 4.436.881, residente e domiciliada na Rua Tamburil nº 225 Bairro Alvorada, CEP 38.307-088, em Ituiutaba-MG.

Magna Maria Silva

Antônia Irene Plencar Lima

Geovane Bispo dos S. Lima

Dr. Vantuil Santos de Lima
Advogado
OAB MG 189431

Antônia Irene Alencar Lima
Suplente do Conselho Fiscal ANTÔNIA IRENE ALENCAR LIMA, brasileira, casada, do lar, inscrita no CPF sob o nº. 247.175.683-20, RG MG 322.351, residente e domiciliada na Rua Agostinho Ferreira, nº 53 Bairro Morada do Sol, CEP 38.307-026, em Ituiutaba-MG.

Magna Maria Silva
Suplente do Conselho Fiscal MAGNA MARIA SILVA, brasileira, solteira, autônoma, inscrita no CPF sob o nº. 595.487.626-68, RG MG 4.197.705, residente e domiciliada na Rua Camilo Chaves, nº 122 Bairro Alvorada, CEP 38.307-087, em Ituiutaba-MG.

Marcos Antônio Alves
Suplente do Conselho Fiscal MARCOS ANTÔNIO ALVES, brasileiro, casado, contador, inscrito no CPF sob o nº. 592.123.736-15, RG MG 4.159.683, residente e domiciliado na Rua Francisco Alves Vilela, nº 344 Bairro Maria Vilela, CEP 38.301-060, em Ituiutaba-MG.

Maria Amélia da Silva Sforzolini

Maria das Graças Santos
Lilma Aparecida Rosa

Maria Adelaide Gomes de Lima

Edaia Simoni de Freitas Brasilino
Luciana Santos

Geovane Bispo dos S. Lima

Dr. Vantun Arantes de Lima II
Advogado
OAB MG 189431

ILMO SENHOR OFICIAL DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DA
COMARCA DE ITUIUTABA/MG.

REQUERIMENTO



Eu, GEOVANE BISPO DOS SANTOS LIMA, brasileiro, casado, Inspetor de escola pública, inscrito no CPF/MF sob o nº. 062.692.616-51 e titular do RG nº. MG-13.562.203 - SSP/MG, filho de José Bispo dos Santos e Zilda Alves Moreira, e-mail: gbds.2014@gmail.com, residente e domiciliado na cidade de Ituiutaba/MG, sito à Rua Um, com as Avenidas Vinte e Sols e Vinte Quatro, nº 1475, Bairro Tupã, CEP: 38.304-380 na qualidade de representante legal da CASA DE MARIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, inscrita no CNPJ 09.640.593/0001-25, endereço eletrônico gbds.2014@gmail.com, com sede na Rua Vinte, nº 196, Centro, CEP: 38.300-074, nesta cidade de Ituiutaba/MG, vem à presença de Vossa Senhoria, a fim de cumprimento à legislação vigente e conforme disposições estatutárias, requerer, a Averbação e arquivamento do seguinte documento:

1. Edital de Eleição e Posse da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal da CASA DE MARIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, realizada em 1 de março de 2.024, para o mandato 1 de março de 2.024 a 1 de março de 2.028.

Por oportuno, declaro para os devidos fins que se fizeram necessários, inclusive sob pena de responsabilização; que para a realização da Assembleia supra, foram observados todos os requisitos legais e ainda todas as disposições estatutárias pertinentes, inclusive quanto à antecedência mínima de convocação e também ao quórum mínimo legal exigido.

RECIBO DAS CUSTAS EMITIDO EM NOME DE: CASA DE MARIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, CNPJ.: 09.640.593/0001-25.

Ituiutaba/MG, 1 de março de 2024.

N. Tormos

Aguarda deferimento.

Geovane Bispo dos Santos Lima

GEOVANE BISPO DOS SANTOS LIMA

CPF/MF: 062.692.616-51

Representante Legal

ATA DE ELEIÇÃO E POSSE DA NOVA DIRETORIA DA CASA DE MARIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

ENDEREÇO: RUA VINTE, Nº 196 – CIDADE DE ITUIUTABA/MG

INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 09.640.593/0001-25

REGISTRO DO ESTATUTO SOCIAL: LIVRO: PROTOCOLO Nº 51255, REG Nº 3362, LIV 21-A, PAG 238-AV Nº 2, EM 14.12.2015

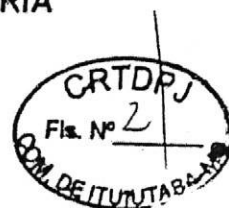
PERÍODO DE MANDATO DA NOVA DIRETORIA: INÍCIO EM 1 DE MARÇO DE 2024 E TÉRMINO EM 1 DE MARÇO DE 2028.

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE ELEIÇÃO E POSSE DA NOVA DIRETORIA DA CASA DE MARIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS REALIZADA EM 1 DE MARÇO DE 2024.

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DA COMARCA DE ITUIUTABA/MG.

Às dez (10) horas do dia primeiro (1) do mês de março de dois mil e vinte e quatro (2.024), à Rua Vinte com as Avenidas 3 e 5 nº 196, realizou-se a Assembleia Geral Extraordinária, convocada por edital, com a presença dos (as) fundadores (as) e sócios (as) efetivos (as). Iniciando os trabalhos com ordem do dia: Eleição da nova diretoria e posse dos eleitos. Procedeu-se a apresentação dos candidatos da única chapa para concorrer ao pleito, por aclamação a mesma foi eleita por unanimidade. Estando todos de acordo, foi declarado a posse da nova Diretoria da Casa de Maria Nossa Senhora das Graças para o próximo quadriênio, com início em 1 de março de 2.024, composta dos seguintes membros: **PRESIDENTE: GEOVANI BISPO DOS SANTOS LIMA**, brasileiro, casado, inspetor de escola, inscrito no CPF sob o nº 062.692.616-51, e titular do RG nº. MG-13.562.203 - SSP/MG, residente e domiciliado na cidade de Ituiutaba, Estado de Minas Gerais, à rua Um com avenidas Vinte Seis e Vinte e Quatro nº 1475, bairro tupã; **VICE-PRESIDENTE: ZILMA APARECIDA ROSA**, brasileira, viúva, aposentada, inscrito no CPF sob o nº 966.636.936-20, e titular do RG nº. MG-7.234.784 - SSP/MG, residente e domiciliado na cidade de Ituiutaba, Estado de Minas Gerais, à avenida

MARIA DAS GRAÇAS 511/403
Geovani Bispo dos Santos Lima *Sônia Helena Martins*
Subscrito por: ...



dezenove, nº 1175, centro; **PRIMEIRA SECRETÁRIA:** NATHALIA BARROS DE SOUZA, brasileira, casada, Assistente Administrativo, inscrito no CPF sob o nº 086.885.266-05, e titular do RG nº. MG-12.976.563 - SSP/MG, residente e domiciliado na cidade de Ituiutaba, Estado de Minas Gerais, à avenida vinte e três, nº 1509, centro; **SEGUNDA SECRETARIA:** SÔNIA HELENA MARTINS, brasileira, solteira, do lar, inscrito no CPF sob o nº 288.646.036-20, e titular do RG nº. MG-1.785.421 - SSP/MG, residente e domiciliado na cidade de Ituiutaba, Estado de Minas Gerais, à rua Jorge Jacob Yunes, nº 420, centro; **PRIMEIRA TESOUREIRA:** MARIA DAS GRAÇAS SANTOS, brasileira, casada, aposentada, inscrito no CPF sob o nº 481.859.146,72, e titular do RG nº. MG-3.359.429 - SSP/MG, residente e domiciliado na cidade de Ituiutaba, Estado de Minas Gerais, à avenida dezenove, nº 215, centro; **SEGUNDA TESOUREIRA:** ELBIA SIMONE DE FREITAS, brasileira, viúva, comerciante, inscrito no CPF sob o nº 872.982.526-15, e titular do RG nº. MG-4.876.110 - SSP/MG, residente e domiciliado na cidade de Ituiutaba, Estado de Minas Gerais, à rua doze, nº 1292, centro; **CONSELHO FISCAL:** MARIA APARECIDA GOMES DE LIRA, brasileira, casada, do lar, inscrito no CPF sob o nº 545.407.806-97, e titular do RG nº. MG-4.968.406 - SSP/MG, residente e domiciliado na cidade de Ituiutaba, Estado de Minas Gerais, à rua Doze-A, nº 773, setor sul; MARIA AMÉLIA DA SILVA, brasileira, solteira, do lar, inscrito no CPF sob o nº 258.552.206-72, e titular do RG nº. MG-19.663.147 - SSP/MG, residente e domiciliado na cidade de Ituiutaba, Estado de Minas Gerais, à avenida dezessete, nº 1583, centro; LUCIANA SANTOS, brasileira, casada, do lar, inscrito no CPF sob o nº 693.366.876-20, e titular do RG nº. MG-4.436.881 - SSP/MG, residente e domiciliado na cidade de Ituiutaba, Estado de Minas Gerais, à rua tamburil, nº 225, bairro alvorada; **SUPLENTE CONSELHO FISCAL:** ANTÔNIA IRENE ALENCAR LIMA, brasileira, casada, do lar, inscrito no CPF sob o nº 247.175.683-20, e titular do RG nº. 322.351 - SSP/PI, residente e domiciliado na cidade de Ituiutaba, Estado de Minas Gerais, à rua Agostinho Ferreira, nº 53, bairro Morada do Sol; MAGNA MARIA SILVA, brasileira, solteira, autônoma, inscrito no CPF sob o nº 595.487.626-6851, e titular do RG nº. MG-4.197.705 - SSP/MG, residente e domiciliado na cidade de Ituiutaba, Estado de Minas Gerais, à avenida Camilo Chaves, nº 122, bairro alvorada; MARCOS ANTONIO ALVES, brasileiro, casado, contador, inscrito no

MARIA DAS GRAÇAS SANTOS
Geovanne Bispo dos Santos Lima Sônia Helena Martins
L. D. - Aparecida Rosa

CPF sob o nº 592.123.736-15, e titular do RG nº. M-4.159.683 - SSP/MG, residente e domiciliado na cidade de Ituiutaba, Estado de Minas Gerais, à rua Francisco Alves Vilela, nº 344, bairro Maria Vilela.

ITUIUTABA/MG, 1 de MARÇO de 2.024

Diretoria:

Giovane Bispo dos Santos Lima
GIOVANE BISPO DOS S. LIMA
CPF.: 062.692.616-51
Presidente

Zilma Aparecida Rosa
ZILMA APARECIDA ROSA
CPF.: 966.636.936-20
Vice-Presidente

Nathalia Barros de Souza
NATHALIA BARROS DE SOUZA
CPF.: 086.885.266-05
1ª Secretária

Sônia Helena Martins
SÔNIA HELENA MARTINS
CPF.: 288.646.036-20
2ª Secretária

Maria das Graças Santos
MARIA DAS GRAÇAS SANTOS
CPF.: 481.859.146-72
1ª Tesoureira

Elbia Simone de Freitas
ELBIA SIMONE DE FREITAS
CPF.: 872.982.526-15
2ª Tesoureira

Maria Aparecida Gomes de Lira
MARIA APARECIDA G. de LIRA
CPF.: 545.407.806-97
Conselho Fiscal

Antônia Irene Alencar Lima
ANTÔNIA IRENE ALENCAR LIMA
CPF.: 247.175.683-20
Conselho Fiscal

Maria Amélia da Silva
MARIA AMÉLIA DA SILVA
CPF.: 258.552.206-72
Conselho Fiscal

Luciana Santos
LUCIANA SANTOS
CPF.: 693.366.876-20
Suplente Conselho Fiscal

Marcos Antonio Alves
MARCOS ANTONIO ALVES
CPF.: 592.123.736-15
Suplente Conselho Fiscal

Magna Maria Silva
MAGNA MARIA SILVA
CPF.: 595.487.626-68
Suplente Conselho Fiscal



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

BR

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO - DRIVER LICENSE - PERMISO DE CONDUCCION

2.º 1.º NOME E SOBRENOME
GEOVANE BISPO DOS SANTOS LIMA

1.º HABILITAÇÃO
09/09/2009

3.º DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO
18/11/1982 UBERLÂNDIA/MG

4.º DATA EMISSÃO
06/09/2022

4.º VALIDADE
27/07/2032

ACC
D

4.º DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF
MG13562203 PC MG

4.º CPF
062.692.616-51

4.º REGISTRO
04751055104

4.º CATEGORIA
AB

4.º NACIONALIDADE
BRASILEIRO

4.º FILIAÇÃO
JOSE BISPO DOS SANTOS

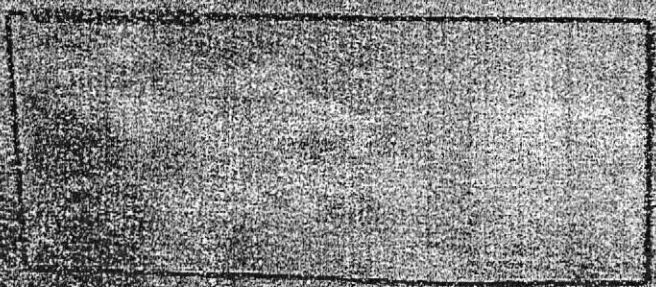
4.º ENDEREÇO
ZILDA ALVES MOREIRA



Assinatura do Titular

Assinatura do Portador

I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII
ACC - AB							
A - AB							
A1 - AB							
B - AB							
B1 - AB							
C - AB							
C1 - AB							
D - AB							
D1 - AB							
D2 - AB							
D3 - AB							
D4 - AB							
D5 - AB							
D6 - AB							
D7 - AB							
D8 - AB							
D9 - AB							
D10 - AB							
D11 - AB							
D12 - AB							
D13 - AB							
D14 - AB							
D15 - AB							
D16 - AB							
D17 - AB							
D18 - AB							
D19 - AB							
D20 - AB							
D21 - AB							
D22 - AB							
D23 - AB							
D24 - AB							
D25 - AB							
D26 - AB							
D27 - AB							
D28 - AB							
D29 - AB							
D30 - AB							
D31 - AB							
D32 - AB							
D33 - AB							
D34 - AB							
D35 - AB							
D36 - AB							
D37 - AB							
D38 - AB							
D39 - AB							
D40 - AB							
D41 - AB							
D42 - AB							
D43 - AB							
D44 - AB							
D45 - AB							
D46 - AB							
D47 - AB							
D48 - AB							
D49 - AB							
D50 - AB							
D51 - AB							
D52 - AB							
D53 - AB							
D54 - AB							
D55 - AB							
D56 - AB							
D57 - AB							
D58 - AB							
D59 - AB							
D60 - AB							
D61 - AB							
D62 - AB							
D63 - AB							
D64 - AB							
D65 - AB							
D66 - AB							
D67 - AB							
D68 - AB							
D69 - AB							
D70 - AB							
D71 - AB							
D72 - AB							
D73 - AB							
D74 - AB							
D75 - AB							
D76 - AB							
D77 - AB							
D78 - AB							
D79 - AB							
D80 - AB							
D81 - AB							
D82 - AB							
D83 - AB							
D84 - AB							
D85 - AB							
D86 - AB							
D87 - AB							
D88 - AB							
D89 - AB							
D90 - AB							
D91 - AB							
D92 - AB							
D93 - AB							
D94 - AB							
D95 - AB							
D96 - AB							
D97 - AB							
D98 - AB							
D99 - AB							
D100 - AB							



ELABORADO POR: [Assinatura]
DATA: 06/09/2022

MINAS GERAIS

CASA DE MARIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

Rua 20, nº 196 – centro – 38300-074 – CNPJ nº 09.640.593/0001-25

RELAÇÃO NOMINAL DOS DIRIGENTES - DOCUMENTOS

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Geovane Bispo dos Santos Lima

Vice- Presidente: Zilma Aparecida Rosa

1º Secretário: Nathalia Barros de Souza

2º Secretário: Sonia Helena Martins

1º Primeira Tesoureira: Maria das Graças Santos

2º Segunda Tesoureira: Elbia Simone de Lira

CONSELHOS

Conselho Fiscal

Titulares

Maria Aparecida Gomes de Lira

Maria Amélia da Silva

Luciana Santos

Suplentes

Antônia Irene Alencar Lima

Magna Maria Silva

Marcos Antônio Alves

Ituiutaba-MG, 20 de maio de 2025


GEOVANE BISPO DOS SANTOS LIMA

Presidente da Casa de Maria Nossa Senhora das Graças



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO



CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCION

2º e 1º NOME E SOBRENOME
GEOVANE BISPO DOS SANTOS LIMA

1ª HABILITAÇÃO
09/09/2009

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO
18/11/1982 UBERLÂNDIA/MG

4ª DATA EMISSÃO
06/09/2022

4ª VALIDADE
27/07/2032

ACC
 D

6 DOC IDENTIDADE / ORG EMISSOR / UF
MG13562203 PC MG

AC CPF
062.692.616-51

8 Nº REGISTRO
04751055104

9 CAT HAB
AB

NACIONALIDADE
BRASILEIRO

FILIAÇÃO
JOSE BISPO DOS SANTOS

ZILDA ALVES MONEIRA

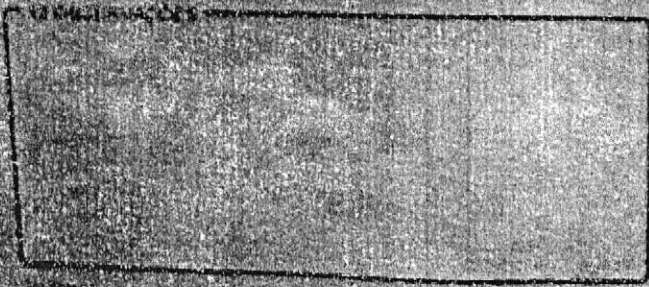


Assinatura do titular

Assinatura do emitente

2441797299

ACC	10	11	12	13	14	15	16
A							
A1							
B							
B1							
C							
C1							



UBERLÂNDIA, MG

BRASÃO DA CÂMARA MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA - MG

ASSINATURA DO DIR. MUNICIPAL

08680670079
M3621482503

MINAS GERAIS

2441797299

**SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE ITUIUTABA**

AUTARQUIA MUNICIPAL

R. 33 Nº 474 - Bairro Sol - Ituiutaba (MG) - CEP 38300-030

CNPJ 17.619.001/0001-88 - Inscricao Estadual 342.746106-0050

Atendimento ao Cliente SAE: Fone: 0800.341.8195 - (34) 3266-0400

SAE**THAIS MORAIS LIMA SANTOS**RUA 1, 1475, TUPA
38304-380, ITUIUTABA MG 20-11-30

MES/ANO: 02/2025

NR. GUIA

31089022025-7

CATEGORIA/OTDE

RESP. GEOVANE BISPO DOS SANTOS LIMA
LIGACAO: 31089-6 ID. ELETRO: 61131089020

1-RES;

DESCRICAO	VALOR
TBO AGUA	17,21
TBO ESGOTO	12,04
TARIFA DE AGUA	50,55
TARIFA DE ESGOTO	35,39
JUROS DE MORA 12/2024	0,39

AUTARQUIA MUNICIPAL IMUNE DE IRRF CONFORME,
CONSTITUICAO DA REPUBLICA ART 150, INCISO VI PARAGRAFO 2
IN RFB N1234, CAPITULO III ART 4 ANEXO IX

DATA LEITURA ANTERIOR		DATA LEITURA ATUAL		VENCIMENTO		VALOR A PAGAR			
28/01/2025		26/02/2025		22/03/2025		R\$ 115,58			
LEITURA ANTERIOR		LEITURA ATUAL		CONSUMO REAL		CONS. FATURADO		MEDIA	
784 m3		801 m3		17 m3		17 m3		17 m3	
NR. DO HIDRIMETRO				VAZAO		DIAMETRO		DATA DE INSTALACAO	
Y18G083108				1.5 m3		3/4"		02/12/2020	

COMPARACAO:

DADOS DOS ULTIMOS 6 MESES				PUNICAO COMUNIDADE VIGILANTE CIDADESEGURA DENUNCIA BI, AUTORES DE ROUBO, RECEP TACAO, TRAFICO DE DRO GAS, FORAGIDOS E ARMAS ILICITAS O SIGILO DA DENUN CIA E ABSOLUTO
MES	CONSUMO	DIAS	MEDIA	
01/2025	11	31	0,35	
12/2024	15	30	0,50	
11/2024	18	33	0,55	
10/2024	14	29	0,48	
09/2024	20	31	0,65	
08/2024	24	33	0,73	

DETALHES SOBRE A
LEGISLACAO VIGENTE VERSO PERIODO DA ANALISE 01/01/2025 a 31/01/2025

PARAMETRO	UNIDADE	VALOR PERMITIDO	VALOR MINIMO ENCONTRADO	VALOR MAXIMO ENCONTRADO
Turbidez	NTU	ate 5,0	0,23	0,57
Cor Aparente	UH	ate 15,0	0	2,00
Cloro Residual	mg/L	de 0,50 a 2,0	0,46	1,64
Fluor	mg/L	de 0,60 a 0,80	0,60	0,75
pH		de 6,0 a 9,5	6,53	7,25
Coliformes Tot		Ausencia	ausente	ausente
Colif. Termotol		Ausencia	ausente	ausente

FAVOR AUTENTICAR NO VERSO - DEVOLVER AO USUARIO - EMISSAO: 26/02/2025 09:42 PAGUE POR PIX

THAIS MORAIS LIMA SANTOSRUA 1, 1475, TUPA
38304-380, ITUIUTABA MG 20-11-30RESP. GEOVANE BISPO DOS SANTOS LIMA
LIGACAO: 31089-6 ID. ELETRO: 61131089020

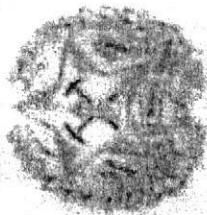
VENCIMENTO	MES/ANO: 02/2025	CATEGORIA/OTDE	VALOR A PAGAR
22/03/2025	NR. GUIA 31089022025-7	1-RES;	R\$ 115,58

82620000001-4 15580074202-7 50322000003-1 10890220251-5



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO



Liliana Aparecida Rosa
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO
GERAL

MG-7.234.784

DATA DE
EXPEDIÇÃO

06/12/2015

NOME

ZILMA APARECIDA ROSA

FILIAÇÃO

BERASTIAO DOMINGOS ROSA

MALZIRA JORGE MIRANDA

NATURALIDADE

ITUJUTABA-MG

DATA DE NASCIMENTO

12/12/1940

DOC.ORIGEM

MACC. LV-A68 FL-156

ITUJUTABA-MG

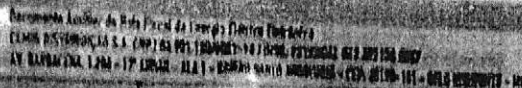
CPF

966636936-20

LETÍCIA ALESSI MACHADO ROGÊDO
ASSINATURA DO DIRETOR

011-1205

LEI N 7.116 DE 29/08/83



AV DEZROUVE 1175 CX 1

CONTROL
ITUTATA - NO
COPR. 19900124

GPF: 966,6%, 99,8%

Nº DO CLIENTE.

3000203146	18/02/01	18/02/01	18/02/01	18/02/01
14/02	18/03	15/04	Tarifa Conventional	



Control: 33045/11006700002 Data da impressão: 10/03/2025 09:05:55
NOTA FISCAL 24052602 Série: 000 Data de emissão: 18/03/2025

Chave de acesso: 3125006981800001800300249621007200908823
ENTRADA EM CONTRATO - PENDENTE DE AUTORIZAÇÃO
Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Energia Elétrica Eletrônica
Consulte a chave de acesso em: <http://www.sped.fazenda.mg.gov.br/cednfs/na>

Tipo de Medição	Medição	Leitura Anterior	Leitura Atual	Constante de Multiplicação	Consumo kWh
Energia Elétrica	AMP230206153	2101	2241	1	140

Itens da fatura	Unid.	Quant.	Preço unit.	Valor	PIS/COFINS	Base Calc ICMS	Alíquota ICMS	ICMS	Tarifa unit.
Energia Elétrica	kWh	140	1,01703171	142,36	4,79	142,36	10,00	26,62	0,79969000

Contrib. Custeio Ilum. Pública
Multa 2% sobre conta de 02/2025
Correção IPCA/IGPM s/ conta 01/25 pg 06.03.25
Juros 1% an sobre conta 01/25 pg 06.03.25

Total	167,69	4,79	142,36	25,62	Pag 1 de 1
-------	--------	------	--------	-------	------------

REFERENTE A		VENCIMENTO		TOTAL A PAGAR	
MAR/2025		05/04/2025		R\$ 167,69	
Base de Cálculo (CCL):		Alíquota I:		Valor (R\$):	
ICMS	142,36	18,00		R\$ 25,62	
ICMS	116,74	0,73		R\$ 0,85	
PASEP	116,74	3,38		R\$ 3,94	
COTIMS					
Histórico de Consumo			RELEVIO DE CONTAS VENCIDAS / DÉBITOS ANTERIORES		
Mês/Ano	Consumo kWh	Média kWh/dia	Dias de Faturam.	Até 18/03/25 constava o seguinte débito: Débitos que sujeitam ao corte:	
MAR/2025	140	4,37	32	Mês/Ano	Valor(R\$) Prev.Corte
FEV/2025	100	3,57	28	02/2025	123,00 01/04/2025
JAN/2025	113	3,64	31		
DEZ/2024	111	3,02	29		
NOV/2024	128	4,12	31		
OUT/2024	121	3,90	31		
SET/2024	78	2,60	29		
AGO/2024	114	3,45	33		
JUL/2024	105	3,50	30		
JUN/2024	96	4,80	20		
MAI/2024	0	0,00	0	A religação estará condicionada à inexistência de débitos vencidos na unidade consumidora. No mês que ocorrer suspensão a religação será cobrado, no mínimo, o custo de disponibilidade.	
ABR/2024	0	0,00	0		
MAR/2024	0	0,00	0		

Informações Gerais

FEV25 Band. Verde - MAR25 Band. Verde. Tarifa vigente conforme Res Anel nº 3.328, de 21/05/2024. Redução alíquota ICMS conforme Lei Complementar 194/22. O pagamento desta conta não quita débitos anteriores. Para estes, estão sujeitas penalidades legais vigentes (multas) e/ou atualização financeira (juros) baseadas no vencimento das mesmas. É dever do consumidor manter os dados cadastrais sempre atualizados e informar alterações da atividade exercida no local. Faça sua adesão para recebimento da conta de energia por e-mail acessando www.cemig.com.br. Leitura realizada conf. calendário de faturamento.

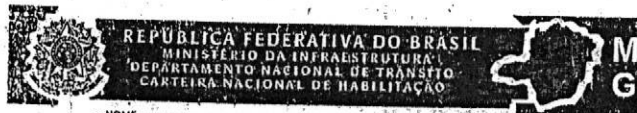


Fala com a Cemig 116 - Se o número não estiver disponível na sua cidade, ligue 0800 7210 116. Deficientes auditivos - 0800 723 8007 - Ouvidoria Cemig 0800 728 3838

008141300100
MAY 19 1968
830000000000

VOUCHEMENTO

TOTAL A PAGAS



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO



NOME

NATHALEA BARROS DE SOUZA



DOC. IDENTIDADE/ORG. EMISSOR/UF

MG12976563, SSP MG

CPF

096.885.266-05

DATA NASCIMENTO

11/06/1987

FILIAÇÃO

PAULO JOSE DE SOUZA

MARISA REGINA BARROS DE SOU

2A

PERMISSÃO

01

ACC

01

CAT. HAB.

B

Nº REGISTRO

04999431418

VALIDADE

18/09/2023

1ª HABILITAÇÃO

21/07/2020

OBSERVAÇÕES

Nathalea Barros de Souza

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL

ITUIUTABA, MG

DATA EMISSÃO

21/09/2020

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

18741031635
MG380300193

MINAS GERAIS

DENATRAN

CONTRAN

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: <https://www.serpro.gov.br/assinador-digital>.

SERPRO/SENATRAN

CEMIGCEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A. CNPJ 04.901.100/0001-16 / INSC. ESTADUAL 042.322.136.0087
AV. BANDA LHA, 1.200 - 17º ANDAR ALA 1 - BAIRRO SANTO AGOSTINHO - CEP. 30190-131 - BELO HORIZONTE - MG

LUCAS SILVA DOMINICHETTO

RUA DARU, 379 CS

ALVORADA
MUNICÍPIO MG
CEP 38307080

Nº DO CLIENTE:

Fila Instalação		Subclasso	Classo
3011183312		RE.SIN.FISCAL	Monofásico
Anterior	Atual	Próxima	Modalidade tarifária
13/01	12/02	14/03	Tarifa Convencional

Centrole: 32045/1161531/0013 Data da impressão: 12/02/2025 05:54:35
NOTA FISCAL: 230489933 Série: 000 Data de emissão: 12/02/2025Chave de acesso: 31230206981100000116660002304899332030794790
EMISSÃO EM CONTINGÊNCIA - PENDENTE DE AUTORIZAÇÃO
Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Energia Elétrica Eletrônica
Consulte a chave de acesso em: <http://www.sped.fazenda.mg.gov.br/spedmg/>

Tipo de Medição	Medição	Leitura Anterior	Leitura Atual	Constante de Multiplicação	Consumo kWh
Energia Elétrica	AMD118156933	28098	28463	1	365

Item da fatura	Unid.	Quant.	Preço unit.	Valor	PIS/COFINS	Base Calc. ICMS	Alíquota ICMS	ICMS	Tarifa unit.
Energia Elétrica	kWh	30	1,02279161	30,67	1,16	30,67	18,00	5,52	0,79969000
Energia SCEE ISENTA		335	0,53071000	177,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,53071000
Energia compensada GD I		335	0,53071000	-177,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,53071000

Contém Custeio Ilum. Pública

66,97

STC00R3133009 200225 062 0030.....96,64 0501

Total 96,64 1,16 30,67 5,52 Pag 1 de 1

REFERENTE A
FEV/2025VENCIMENTO
03/03/2025TOTAL A PAGAR
R\$ 96,64

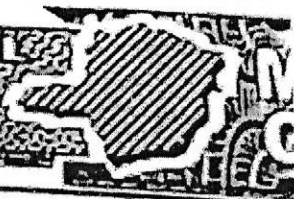
	Base de Cálculo (R\$):	Alíquota %:	Valor (R\$):
ICMS	30,67	18,00	R\$ 5,52
ICMS	25,15	0,83	R\$ 0,20
PASEP	25,15	3,82	R\$ 0,96
COFINS			

Mes/Ano	Consumo de kWh	Consumo de kWh/dia	Dias de Faturam.
FEV/2025	365	13,03	28
JAN/2025	404	12,62	32
DEZ/2024	394	12,70	31
NOV/2024	271	9,67	28
OUT/2024	489	14,81	33
SET/2024	268	8,64	31
AGO/2024	228	7,86	29
JUL/2024	236	7,37	32
JUN/2024	234	7,54	31
MAI/2024	353	11,38	31
ABR/2024	341	11,75	30

REAVISO DE CONTAS VENCIDAS / DÉBITOS ANTERIORES



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSPORTES
CARTeira NACIONAL DE HABILITAÇÃO



NOME
SONIA HELENA MARTINS



DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
M1785421 SSP MG

CPF
288.646.036-20 DATA NASCIMENTO
17/06/1953

FILIAÇÃO
ANTONIO MARTINS
SOBRINHO
FRANCISCA MARIA JESUS
MARTINS

PERMISSÃO ACC CAT. HAB
S

Nº REGISTRO
01919497474

VALIDADE 23/05/2027 1ª HABILITAÇÃO
01/02/1997

OBSERVAÇÕES
A ;

Sonia Helena Martins

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
ITUIUTABA, MG

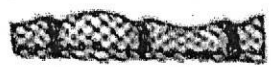
DATA EMISSÃO
25/05/2022

Eurico da Cunha Neto

Eurico da Cunha Neto
Diretor DETRAN/MG

ASSINATURA DO EMISSOR

04261245903
MG617306362



MINAS GERAIS



DETRAN

2378728148



2378728148

ROMA JULIANA MARTINS
RUA JOHNE JACOB YUNES 428 CB
URION HORTO
ITUJUBA - MG
CEP: 38300172

Nº DO CLIENTE:

Atividade	Endereço	Classe
3001373444	RESIDENCIAL	Modo (grat)
07/01	04/02	06/03
Tarifa Convencional		



Control: 32043/11500910172 Data da impressão: 04/02/2025 11:07:45
NOTA FISCAL: 235368725 Série: 000 Data de emissão: 04/02/2025

Classe de acesso: 3125020001100000116660007353067253053007126
TANTUM TARCUNHOFIA FEMERIE DE AUTORIZAÇÃO
Documento Auxiliar da Nota Fiscal da Energia Elétrica Eletrônica
Consulte a chave de acesso em: <http://www.sped.fazenda.mg.gov.br/spedmg/>

Tipos de Energia	Medição	Leitura Anterior	Leitura Atual	Constante de Multiplicação	Consumo kWh
Energia Elétrica	ANR131076867	35113	35344	1	231

Item da fatura	Unid.	Quant.	Preço unit.	Valor	PIS/COFINS	Base Calc. Alíquota ICM9	Alíquota ICM9	ICMS	Tarifa unit.
Energia Elétrica	kWh	231	1,02279161	236,24	9,00	236,24	18,00	42,62	0,79009000
Contrib. Custeio Hum. Pública				30,60					

Total 276,82 9,00 236,24 42,62 Pág 1 de 1

REFERENTE A	VENCIMENTO		TOTAL A PAGAR
FEV/2025	27/03/2025		R\$ 276,82
Base de Cálculo (R\$):			Valor (R\$):
ICMS	236,24	18,00	R\$ 42,52
PASOP	103,72	0,83	R\$ 1,60
COFINS	103,72	3,82	R\$ 7,40
Histórico de Consumo			ANÁLISE DE CONTAS VENCIDAS E DÉBITOS ANTERIORES
Mês/Ano	Consumo kWh	Medida kWh/dia	Dias de Faturam.
FEV/2025	231	8,25	28
JAN/2025	276	9,62	32
DEZ/2024	242	7,00	31
NOV/2024	205	7,32	28
OUT/2024	277	8,39	33
SET/2024	222	7,18	31
AGO/2024	224	7,22	31
JUL/2024	234	7,00	30
JUN/2024	292	9,04	33
MAI/2024	271	9,07	28
ABR/2024	314	10,46	30
MAR/2024	347	10,51	33
FEV/2024	262	9,35	28

RECIBO DE QUITAÇÃO DE DÉBITOS Nº 01/2025 A Cemig, em atendimento à Lei nº 12.007, de 29/07/2009, declara quitados os débitos do cliente em referência (contrato 5001273582), relativos ao fornecimento de energia elétrica e esta unidade consumidora, referente aos vencimentos de 01/01/2015 a 31/12/2024, excetuando eventuais débitos que sejam posteriormente apurados diante de possível verificação de irregularidades na revisão de faturamento, que abrangem o período em questão. JAN/25 Band. Verde - FEV/25 Band. Verde. Tarifa vigente conforme Res Ansel nº 3.328, de 21/05/2024. Redução alíquota ICMS conforme Lei Complementar 194/22. Considerar nota fiscal quitada após débito em sua c/c. O pagamento desta conta não quita débitos anteriores. Para estes, estão válidas as condições de pagamento estabelecidas no contrato de fornecimento de energia elétrica nº 116. Deficientes auditivos - 0800 723 8007 - Ouvidoria Cemig 0800 728 3838.



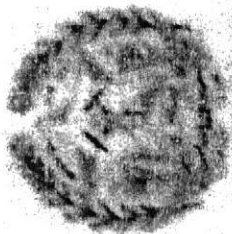
Código de Débito Automático 000013734447 VENCIMENTO 27/03/2025 TOTAL A PAGAR R\$ 276,82

REFERENTE A: FEV/2025 Nº da instalação: 3001373444 DÉBITO AUTOMÁTICO 83600000002-3 75820138000-8 86583183711-1 00013734447-9



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO



POLEGAR DÍGITO

Maria dos Santos

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO
GERAL

MG-3.338.429

DATA DE
EXPEDIÇÃO

21/03/2011

NOME

MARILIA CRISTINA SANTOS

FILIAÇÃO

JOSE SILVA SANTOS
MARIA GOMES

NATURALIDADE

Trujillo-MO

DATA DE NASCIMENTO

16/7/1964

DOC. ORIGEM

MASC. L. 12.359-13

Trujillo-MO

CPF

481859146-72

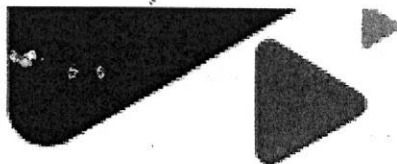
LETÍCIA ALESSI MACHADO ROGÉDO
ASSINATURA DO DIRETOR

Assinado

PT-12359

2.014

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83



Algar
Telecom

Pág: 1 de 3

MARIA DAS GRACAS SANTOS

DEZENOVE 215 AV
CENTRO
38300-124 ITUIUTABA MG

TELECOM

PAGUE COM PIX



Nº da fatura

488504857

Valor total da conta

R\$ 151,56

Data de vencimento

28 / fev / 2025

FALE COM A ALGAR TELECOM

www.algartelem.com.br
[@algartelem](https://www.facebook.com/algartelem)

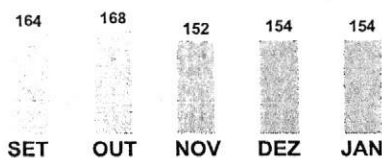
[facebook.com/algartelem](https://www.facebook.com/algartelem)

Ou ligue 103 12

Baixe o APP Algar Telecom no seu Celular

HISTÓRICO VALOR DA CONTA

(R\$)



EMIÇÃO DESTA CONTA: 12/02/2025

CONTA SIMPLIFICADA

PACOTE CONTRATADO: BL 300MB

SEU NÚMERO

06529603

PRODUTO

Pacote Banda Larga

VALOR (R\$)

66,42

TOTAL R\$ 66,42

SERVIÇOS E OUTROS ADICIONAIS

SEU NÚMERO

06529603

34999002129

SERVIÇOS

Internet

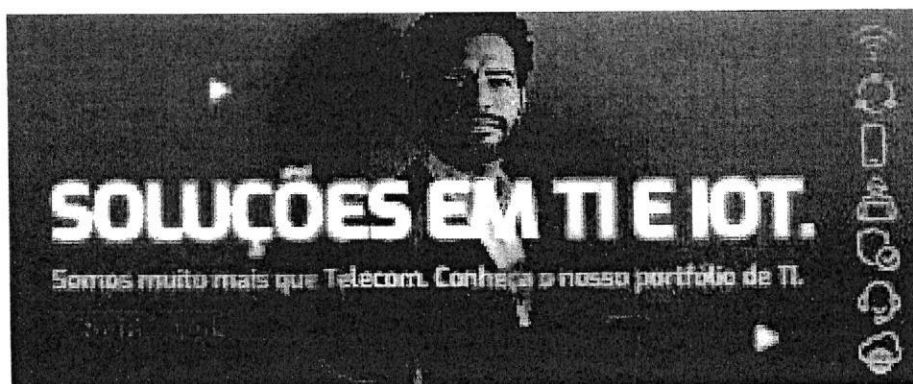
Celular

VALOR (R\$)

39,90

45,24

TOTAL R\$ 85,14



UTILIZE ESTA VIA PARA PAGAMENTO

Você pode migrar para um plano que não possui livros digitais, sem a cobrança de multa. Fale com a gente pelo nosso canal de atendimento 10312.

Nome do Cliente: **MARIA DAS GRACAS SANTOS**

Nº da Fatura	Banco / Agência	Identificação	Data de Vencimento	Valor Total da Conta
488504857		000439097690	28/02/2025	151,56

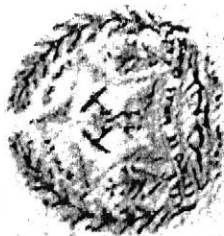
84650000001-9 51560004000-7 04390976900-2 48850485700-1



AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO



POLEGAR DIREITO



Edna Simoni de Lutas Brasileira

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL MG-4 876.110 DATA DE EXPEDIÇÃO 20/07/2004

NOME ELISA SIMONE DE LIMA

EMASILEIRO

FILIAÇÃO

ANTONIA FERREIRA DE LIMA

NATURALIDADE

DATA DE NASCIMENTO.

ITUJUBA-MG 11/2/1973

DOC ORIGEM CAS - LV - 1103

ITUJUBA-MG

CPF 8729826-15

11-12-85

ASSINATURA DO DIRETOR

20/07

LEI N° 7.116 DE 29/08/83

AMERICAN BANK NOTE



SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE ITUIUTABA

AUTARQUIA MUNICIPAL

R. 33 Nº 474 - Setor Sul - Ituiutaba (MG) - CEP 38300-030
CNPJ 17.819.061/0001-08 - Inscrição Estadual: 342.746166.0050

Atendimento ao Cliente SAE: Fone: 0800.5 8195 - (34) 3268-0400

www.sae.com.br

JAIR JUNIOR BRASILEIRO
RUA 12, 1292, SETOR SUL
38300-023, ITUIUTABA MG 9-11-140

MES/ANO: 01/2025

NR. GUIA
03087012025-7

CATEGORIA/QTDE

LIGACAO: 3087-4

ID. ELETRO.: 4113087009

1-RES:

DESCRICAO	VALOR
TBO AGUA	13,43
TBO ESGOTO	9,40
TARIFA DE AGUA	19,89
TARIFA DE ESGOTO	13,93

AUTARQUIA MUNICIPAL IMUNE DE IRRF CONFORME,
CONSTITUICAO DA REPUBLICA ART 150, INCISO VI PARAGRAFO 2
IN RFB N1234, CAPITULO III ART 4 ANEXO IX

DATA LEITURA ANTERIOR 11/12/2024	DATA LEITURA ATUAL 14/01/2025	VENCIMENTO 17/02/2025	VALOR A PAGAR R\$ 56,65
LEITURA ANTERIOR 2588 m3	LEITURA ATUAL 2599 m3	CONSUMO REAL 11 m3	CONS. FATURADO 11 m3
NR. DO HIDROMETRO Y09N159501		VAZAO 1.5 m3	DIA METRO 1/2"
			DATA DE INSTALACAO 25/03/2011

OCORRENCIA:

DADOS DOS ULTIMOS 6 MESES				MENSAGEM
MES	CONSUMO	DIAS	MEDIA	COMUNIDADE VIGILANTE, CIDADE SEGURA! DENUNCIE! 81, AUTORES DE ROUBO, RECEP TACAO, TRAFICO DE DRO GAS, FORAGIDOS E ARMAS ILICITAS. O SIGILO DA DENUN CIA E ABSOLUTO.
12/2024	12	27	0,44	
11/2024	15	34	0,44	
10/2024	11	28	0,39	
09/2024	15	32	0,47	
08/2024	14	32	0,44	
07/2024	11	27	0,41	

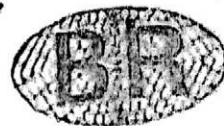
DETALHES SOBRE A
LEGISLACAO VIDE VERSO

PERIODO DA ANALISE

01/12/2024 a 31/12/2024

PARAMETRO	UNIDADE	VALOR PERMITIDO	VALOR MINIMO ENCONTRADO	VALOR MAXIMO ENCONTRADO
Turbidez	NTU	ate 5,0	0,20	0,44
Cor Aparente	uH	ate 15,0	0,00	4,00
Cloro Residual	mg/L	de 0,50 a 2,0	0,41	1,56
Fluor	mg/L	de 0,60 a 0,80	0,65	0,79
pH		de 6,0 a 9,5	6,54	6,96
Coliformes Tot		Ausencia	Ausente	Ausente
Colif. Termotol		Ausencia	Ausente	Ausente

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTERIO DA INFRAESTRUTURA
SECRETARIA NACIONAL DE TRANSITO



CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCION

2 e 1 NOME E SOBRENOME
MARIA APARECIDA GOMES DE LIRA

1ª HABILITAÇÃO
30/06/2011

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO
25/02/1963 ITUIUTABA/MG

4a DATA EMISSÃO
24/02/2023

4b VALIDADE
16/02/2028

ACC

D

4c DOC IDENTIDADE / ORG EMISSOR / UF
MG4968406 SSP MG

4d CPF
545.407.806-97

5 Nº REGISTRO
05241899395

9 CAT HAB.
AB

NACIONALIDADE
BRASILEIRO

FILIAÇÃO
CLOVIS GOMES DE LIMA

ANILIA GOMES DE LIRA



Maria Aparecida Gomes de Lira

1 ASSINATURA DO DETRAN

ACC	10	11	12
A			
A1			
B			
B1			
C			
C1			

11	12

12 OBSERVAÇÕES

A;

EURICO DA CUNHA NETO
DIRETOR DETRAN - MG

ASSINATURA DO EMISSOR

16407214212
MG634793128

LOCAL
ITUIUTABA, MG

MINAS GERAIS

2545705095

2545705095



SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA E ESGOTO

AUTARQUIA MUNICIPAL

R. 33 Nº 474 - Setor Sul - Ituiutaba (MG) - CE
CNPJ 17.819.061/0001-89 Inscrição Estadual:

Atendimento ao Cliente SAE: Fone: 0800.341.8191
www.sae.com.br

MARIA APARECIDA GOMES DE LIRA

RUA 12A, 773, SEIOR SUL
38300-064, ITUIUTABA MG 19-13-890

DEIXAR NO VIZINHO AO LADO
LIGACAO: 13776-0 ID.ELETRO.: 01313776@19

DESCRICAO

TBO AGUA
TBO ESGOTO
TARIFA DE AGUA
TARIFA DE ESGOTO
DOACAO ASSOC.BENEF.SAUDE AMIGA
DOACAO AO HOSPITAL S. JOSE
DOACAO V.CON.SEG.S.SUL

AUTARQUIA MUNICIPAL IMUNE DE IRRF CONFORME,
CONSTITUICAO DA REPUBLICA ART 150, INCISO VI PARAGRAFO 2
IN RFB N1234, CAPITULO III ART 4 ANEXO IX

DATA LEITURA ANTERIOR	DATA LEITURA ATUAL	VENCIMENTO	VALOR A PAGAR
28/01/2025	25/02/2025	06/04/2025	R\$ 173,50

LEITURA ANTERIOR	LEITURA ATUAL	CONSUMO REAL	CONS. FATURADO	MEDIA
323 m3	337 m3	14 m3	14 m3	16 m3

NR. DO HIDROMETRO	VAZAO	DIAMETRO	DATA DE INSTALACAO
Y22R298446	1.5 m3	1/2	27/03/2023

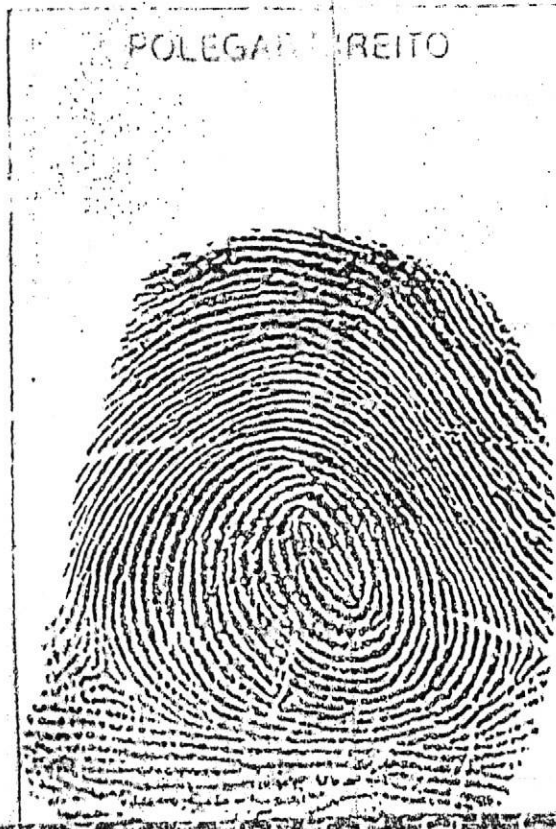
COMPETENCIA:

DADOS DOS ULTIMOS 6 MESES				MENSAGEM
MES	CONSUMO	DIAS	MEDIA	COMUNIDADE VIGILANTE, CIDADE SEGURA DENUNCIE: 81- AUTORES DE ROUBO, RECEPÇÃO, TRAFICO DE DRO GAS, FORAGIDOS E ARMAS ILICITAS. O SIGILO DA DENUN CIA É ABSOLUTO.
01/2025	12	31	0,39	
12/2024	15	30	0,50	
11/2024	16	30	0,53	
10/2024	15	33	0,45	
09/2024	18	31	0,58	
08/2024	18	33	0,55	

DETALHES SOBRE A LEGISLAÇÃO VIDE VERSO		PERIODO DA ANALISE 01/01/2025 a 31/01/2025		
PARAMETRO	UNIDADE	VALOR PERMITIDO	VALOR MINIMO ENCONTRADO	VALOR MAXIMO ENCONTRADO
Turbidez	NTU	ate 5,0	0,23	0,57
Cor Aparente	uH	ate 15,0	0	2,00
Cloro Residual	mg/L	de 0,50 a 2,0	0,46	1,64
Fluor	mg/L	de 0,60 a 0,80	0,60	0,75
pH		de 6,0 a 9,5	6,53	7,25
Coliformes Tot		Ausencia	ausente	ausente
Colif.Termotol		Ausencia	ausente	ausente

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO



Áurea Amélia da Silva

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO
GERAL

13/08/2012

DATA DE
EXPEDIÇÃO

NOME

LEITICIA ALESSI MACHADO

FILIAÇÃO

JOÃO ROBERTO ALESSI MACHADO

NATURALIDADE

CAPITOLINÓPOLIS - RJ

DOC. ORIGEM

CAPITOLINÓPOLIS - RJ

CPF

258382206-72

DATA DE NASCIMENTO

10/11/1988

LEITICIA ALESSI MACHADO ROGÊDO
ASSINATURA DO DIRETOR

[Handwritten Signature]

PLI-1255

1. V16

LEINº 7 116 DE 29/08/83

VÁLIDA EM TODO
O TERRITÓRIO NACIONAL

2341251047



PROIBIDO PLASTIFICAR

2341251047

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME

LUCIANA SANTOS



Nº REGISTRO

06282667990

DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF

MG4436881

SSP

MG

CPF

693.366.876-20

DATA NASCIMENTO

15/08/1970

FILIAÇÃO

JOSE SILVA SANTOS

MARIA GOMES SANTOS

PERMISSÃO

ACC

CAT. HAB.

AB

VALIDADE

21/12/2026

1ª HABILITAÇÃO

20/01/2015

OBSERVAÇÕES

Luciana Santos

LOCAL

ITUIUTABA, MG

ASSINATURA DO PORTADOR

DATA EMISSÃO

22/12/2021

Eurico da Cunha Neto
Diretor DETRAN/MG

19439880530

MG608283304

ASSINATURA DO EMISSOR

MINAS GERAIS

M. NEDILJO DIVINO OLIVEIRA

RUJA 1 AMMURU 236 CS

AL VORADA
DUMUATA M
CIT JUNIO/2000

—C114—6110

Nº DO CLIENTE:

Nº da Inscrição		Subclasse	Classe
3003530144		Restauração Cura Total	Monofásica Modulada Antálica
Anterior	Atual	Próximo	Tatua Convencional
15/01	12/02	14/03	



Control: 32046/1015310029 Data da impressao: 12/02/2005 06:24:19
NOTA FISCAL 23017,06/1 Serie: 000 Data de emissao: 12/02/2005

Chave de acesso J125020691110000110000173d1730-1107-1056984
UNIDADE EM CONTINGENCIA PENDENTE DE AUTORIZAÇÃO

Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Energia elétrica

Consulte a chave de acesso em: <http://www.pmf.fazenda.mg.gov.br/ptdmg>

Tipo de Medição	Medição	Leitura Anterior	Leitura Atual	Constante de Multiplicação	Consumo kWh
Energia Elétrica	AMM2 14070886	3614	3731	1	117

Itens da Tabela	Unid	Quant.	Preço Unit	Valor	Pis. COPINS	Transf. Ele. ICMS	Alíquota ICMS	ICMS	Terceira Unid
Energia até 30	kWh	30	0,30419379	9,10	0,34	9,10	18,00	1,63	0,29784000
Energia 31 a 100	kWh	70	0,52140056	36,46	1,37	36,46	18,00	5,56	0,40773000
Energia 101 a 180	kWh	17	0,78222722	13,28	0,50	13,28	18,00	2,39	0,61160000

Controle Custeio Imun. Públicas
Conexão IPCA/IDPM's conta 11 24 pg 20 01 26
Conexão IPCA/IDPM's conta 12 24 pg 20 01 26
Juros 1- Jm sobre pagamento em 20 01 26
Cobrança de Conta de Energia de 01 2026
Dir. de Jicula tanta integral

Supplido (containing liquid)

Total	162.76	5114	6084	1038
-------	--------	------	------	------

FEV/2025	03/03/2025	R\$ 152,76
Data de Cálculo (R\$), ICMS 60,04 ICMS 81,10 PASEP 11,36	Alíquota %: 10,00 11,1 11,2	Valor (R\$): R\$ 10,00 R\$ 0,66 R\$ 1,10

CORTES			REVISÓ DE CONTAS VENCIDAS / DÉBITOS ANTERIORES
Mes/Año	Consumo de Energía kWh	Costo kWh	Días de Facturación
11/07/2025	117	4,17	28
11/08/2025	119	3,71	32
01/09/2024	115	3,70	31
11/09/2024	89	3,17	28
01/11/2024	114	3,45	33
01/12/2024	108	3,43	31
01/01/2025	112	3,06	29
01/02/2025	110	3,00	32
01/03/2025	106	3,48	31
01/04/2025	112	3,61	31
01/05/2025	101	3,40	20
01/06/2025	104	3,50	29
11/07/2024	90	3,70	30

[illegible]

110. Deficientes auditivos: 0800 723 8007 - Circondaria Cemig 0800 7 40 3439



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO



VALIDA EM TODO
O TERRITÓRIO NACIONAL.
2342520337

NOME
ANTONIA IRENE ALENCAR LIMA



DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
322351 SSP PI

CPF DATA NASCIMENTO
247.175.683-20 07/05/1957

FILIAÇÃO
ODON DE ALENCAR ARRAIS

LUCILE ALENCAR

PERMISSÃO ACC CAT. HAB.
B

Nº REGISTRO VALIDADE 1ª HABILITAÇÃO
03476841499 17/01/2027 30/07/1978

OBSERVAÇÕES
A ;



PROIBIDO PLASTIFICAR
2342520337

Antonia Irene Alencar Lima

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL DATA EMISSÃO
ITUIUTABA, MG 18/01/2022

Eurico da Cunha Neto
Diretor DETRAN/MG

ASSINATURA DO EMISSOR

83138400890
MG607870117



MINAS GERAIS



ANTONIA IRENE ALENCAR LIMA
RUA AQUATINHO FERREIRA 53 CB

MORADA DO SOL
ITUJUBA - MG
CEP: 38307026

CPE: 242,400,000

Nº DO CLIENTE:

Nº da Instalação	Subseção	Classe
3005554279	RI SIDI NCIAL	Monofásico
Anterior	Atual	Próxima
07/02	11/03	08/04
Tarifa Convencional		



Controle: 32045/11891540090 Data da impressão: 11/03/2025 09:50:05
NOTA FISCAL: 246757447 Série: 000 Data de emissão: 11/03/2025

Chave de acesso: 31250306981180000116663002467574472031477495
EMITIDA EM CONTINGÊNCIA - PENDENTE DE AUTORIZAÇÃO
Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Energia Elétrica Eletrônica
Consulte a chave de acesso em: <http://www.spedfazenda.mg.gov.br/spednfg/>

Tipo de Medição	Medição	Leitura Anterior	Leitura Atual	Constante de Multiplicação	Consumo kWh
Energia Elétrica	AMO237110611	1106	1258	1	152

Item da fatura	Unid.	Quant.	Preço unit.	Valor	PIS/COFINS	Base Calc. ICMS	Alíquota ICMS	ICMS	Tarifa unit.
Energia Elétrica	kWh	152	1,01703171	154,67	5,20	154,67	18,00	27,82	0,79969000
Contrib. Custeio Ilum. Pública				30,78					

Total 185,36 5,20 154,67 27,82 Pág 1 de 1

REFERENCIA		VENCIMENTO		TOTAL A PAGAR
MAR/2025		17/04/2025		R\$ 185,35
Base de Cálculo (R\$):		Alíquota %		Valor (R\$):
ICMS	154,57	18,00		R\$ 27,82
ICMS	126,75	0,73		R\$ 0,92
PASEP	126,75	3,38		R\$ 4,28
COFINS				
Histórico de Consumo			REAVISO DE CONTAS VENCIDAS / DÉBITOS ANTERIORES	
Mês/Ano	Consumo kWh	Média kWh/dia	Dias de Faturam.	
MAR/2025	152	4,75	32	
FEV/2025	109	3,89	28	
JAN/2025	136	4,53	30	
DEZ/2024	156	4,72	33	
NOV/2024	104	3,71	28	
OUT/2024	194	6,25	31	
SET/2024	128	3,87	33	
AGO/2024	96	3,31	29	
JUL/2024	97	3,23	30	
JUN/2024	116	3,61	33	
MAI/2024	119	4,10	29	
ABR/2024	118	4,06	29	
MAR/2024	143	4,33	33	

Informações Gerais
FEV/25 Band. Verde - MAR/25 Band. Verde. Tarifa vigente conforme Res Anael nº 3.328, de 21/05/2024. Redução alíquota ICMS conforme Lei Complementar 194/22. O pagamento desta conta não quita débitos anteriores. Para estes, estão sujeitas penalidades legais vigentes (multas) e/ou atualização financeira (juros) baseadas no vencimento das mesmas. É dever do consumidor manter os dados cadastrais sempre atualizados e informar alterações da atividade exercida no local. Faça sua adesão para recebimento da conta de energia por e-mail acessando www.cemig.com.br. Leitura realizada conf. calendário de faturamento.

Fale com a Cemig 116 - Se o número não estiver disponível na sua cidade, ligue 0800 7210 116. Deficientes auditivos - 0800 723 8007 - Ouvidoria Cemig 0800 728 3838



CÓDIGO DE DÉBITO AUTOMÁTICO
000055542799
VENCIMENTO
17/04/2025
TOTAL A PAGAR
R\$ 185,35

REFERENTE A: MAR/2025 Nº DA INSTALAÇÃO: 3005554279

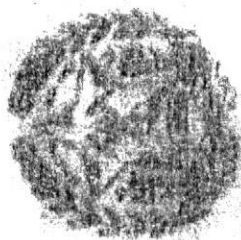
CEMIG

83840000001-1 85350138001-0 05477118811-4 00055542799-6



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO



POLEGAR DIREITO



Mayara Maria Silva

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO
GERAL

MG-4, 197, 705

DATA DE
EXPEDIÇÃO 22/08/2019

NOME

MAGNA MARTA SILVA

FILIAÇÃO

FRANCISCO PEREIRA DA SILVA
ALICE MARTINS VILLELA SILVA

NATURALIDADE

DATA DE NASCIMENTO

ITUJUTABA-MG

5/4/1967

DOC. ORIGEM NASC. LV-BA FL-46V

GLIRINHATA-MG

CPF 595, 467, 626-60

LETÍCIA BAPTISTA GAMBOGE REIS
DIRETORA DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

CEMIG Empreendimento de Fomento e Desenvolvimento de Energia Elétrica S.A. - CEMIG FIDELITY
 CAROLINA SILVA MARQUES
 AV CAMILO CHAVES 122 CA
 ALVORADA
 ITUJA TARA - MO
 CEP: 3830/087
 CPF: 013.011.111-11

Nº DO CLIENTE:
 3005824588
 RESIDE RUA
 Morofônico
 Modalidade de Faturação
 Anterior 10/01 Atual 07/02 Próxima 11/03
 Tarifa Convencional



Controle: 32045/11360490050 Data da impressão: 17/02/2025 08:51:05
 NOTA FISCAL: 236879890 Serie: 000 Data de emissão: 07/02/2025
 Chave de acesso: 3125020698118000011066000 318796902032452368
 EMITIDA EM CONTINGÊNCIA - PENDENTE DE AUTORIZAÇÃO
 Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Energia Elétrica Eletrônica
 Consulte a chave de acesso em: <http://www.sped.faz.br/cepegmgi>

Tipo de Medição	Medição	Leitura Anterior	Leitura Atual	Constante de Multiplicação	Consumo kWh
Energia Elétrica	AMM230004969	1762	1840	1	78

Item	Unid.	Quant.	Preço unit.	Valor	PIS	COFINS	Base Calc.	ICMS	CMS	ICMS	Tarifa unit.
Energia Elétrica	kWh	78	1,02279161	79,75	3,03	79,75	6,00	14,35	0,79969000		
Contrib. Custeio Ilum. Pública				17,69							
Multa 2% sobre conta de 12/2024				1,84							
Correção IPCA/INPM a conta 11/24 pg 08/01/25				0,36							
Juros 1% an sobre conta 11/24 pg 08/01/25				0,69							

Total 100,32 3,03 79,75 14,36 Pag 1 de 1

REFERENTE A	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
FEV/2025	11/03/2025	R\$ 100,32
Base de Cálculo (R\$)		
ICMS	79,75	18,00
ICMS	65,40	0,83
FASEP	65,40	3,82
COFINS		
Valor (R\$)		
ICMS		R\$ 14,35
ICMS		R\$ 0,54
FASEP		R\$ 2,40
COFINS		
REVISÃO DE CONTAS VENCIDAS / DÉBITOS ANTERIORES		
Até 07/02/25 constava o seguinte débito:		
Débitos que sujeitam ao corte:		
Mês/Ano	Valor(R\$)	Rev.Corte
12/2024	118,69	04/02/2025
A religação estará condicionada à inexistência de débitos vencidos na unidade consumidora. No mês que ocorrer suspensão da religação será cobrado, no mínimo, o débito de disponibilidade.		

RECIBO DE QUITAÇÃO DE DÉBITOS Nº 01/2025 A CEMIG, em atendimento a Lei nº 12.007, de 29/07/2009, declara quitados os débitos do cliente em referência (contrato 5005229099), relativos ao fornecimento de energia elétrica a esta unidade consumidora, referente aos vencimentos de 01/01/2015 a 31/12/2024, excetuando eventuais débitos que sejam posteriormente apurados diante de possível verificação de irregularidades ou de revisão de faturamento, que abraçam o período em questão. JAN/25 Band. Verde - FEV/25 Band. Verde. Tarifa vigente conforme Resolução nº 3.326, de 21/05/2024. Redução alíquota ICMS conforme Lei Complementar 194/22. O pagamento desta conta não quita débitos anteriores. Para estes, estão sujeitas penalidades legais vigentes (multas) e/ou atualizações financeiras (juros e correções monetárias) no vencimento das mesmas. É dever do consumidor manter-se atualizado com a CEMIG e não se responsabilizar por débitos não pagos. O número de atendimento é 0800 723 8007. 116. Deficientes auditivos - 0800 723 8007 - Ouvidoria CEMIG 0800 723 3938

CEMIG

CÓDIGO DE DÉBITO AUTOMÁTICO: 000058245887
 VENCIMENTO: 11/03/2025
 TOTAL A PAGAR: R\$ 100,32

REFERENTE A: FEV/2025
 Nº DA INSTALAÇÃO: 3005824588

33670000001-8 00320138000-7 79659043411-1 00058245887-3

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

2.4.1. NOME E SOBRENOME
MARCOS ANTONIO ALVES

1. HABILITAÇÃO
25/03/1987

2. DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO
19/11/1968, ITU/UTABA, MG

4. DATA EMISSÃO
21/06/2022

5. DATA VENCIMENTO
06/06/2027

ACC
D

4. DOC IDENTIFICADOR / O-G EMISSOR / UF
M41S9683 SSP. MG

6. CPF
592.123.736-15

8. Nº HABILITADO
02285934902

9. CAT HAB
AB

10. NACIONALIDADE
BRASILEIRO

11. ASSINADO
ANTÔNIO DOS SANTOS ALVES
VERA LUCIA ALVES DA SILVA

ACC	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100	101	102	103	104	105	106	107	108	109	110	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120	121	122	123	124	125	126	127	128	129	130	131	132	133	134	135	136	137	138	139	140	141	142	143	144	145	146	147	148	149	150	151	152	153	154	155	156	157	158	159	160	161	162	163	164	165	166	167	168	169	170	171	172	173	174	175	176	177	178	179	180	181	182	183	184	185	186	187	188	189	190	191	192	193	194	195	196	197	198	199	200	201	202	203	204	205	206	207	208	209	210	211	212	213	214	215	216	217	218	219	220	221	222	223	224	225	226	227	228	229	230	231	232	233	234	235	236	237	238	239	240	241	242	243	244	245	246	247	248	249	250	251	252	253	254	255	256	257	258	259	260	261	262	263	264	265	266	267	268	269	270	271	272	273	274	275	276	277	278	279	280	281	282	283	284	285	286	287	288	289	290	291	292	293	294	295	296	297	298	299	300	301	302	303	304	305	306	307	308	309	310	311	312	313	314	315	316	317	318	319	320	321	322	323	324	325	326	327	328	329	330	331	332	333	334	335	336	337	338	339	340	341	342	343	344	345	346	347	348	349	350	351	352	353	354	355	356	357	358	359	360	361	362	363	364	365	366	367	368	369	370	371	372	373	374	375	376	377	378	379	380	381	382	383	384	385	386	387	388	389	390	391	392	393	394	395	396	397	398	399	400	401	402	403	404	405	406	407	408	409	410	411	412	413	414	415	416	417	418	419	420	421	422	423	424	425	426	427	428	429	430	431	432	433	434	435	436	437	438	439	440	441	442	443	444	445	446	447	448	449	450	451	452	453	454	455	456	457	458	459	460	461	462	463	464	465	466	467	468	469	470	471	472	473	474	475	476	477	478	479	480	481	482	483	484	485	486	487	488	489	490	491	492	493	494	495	496	497	498	499	500	501	502	503	504	505	506	507	508	509	510	511	512	513	514	515	516	517	518	519	520	521	522	523	524	525	526	527	528	529	530	531	532	533	534	535	536	537	538	539	540	541	542	543	544	545	546	547	548	549	550	551	552	553	554	555	556	557	558	559	560	561	562	563	564	565	566	567	568	569	570	571	572	573	574	575	576	577	578	579	580	581	582	583	584	585	586	587	588	589	590	591	592	593	594	595	596	597	598	599	600	601	602	603	604	605	606	607	608	609	610	611	612	613	614	615	616	617	618	619	620	621	622	623	624	625	626	627	628	629	630	631	632	633	634	635	636	637	638	639	640	641	642	643	644	645	646	647	648	649	650	651	652	653	654	655	656	657	658	659	660	661	662	663	664	665	666	667	668	669	670	671	672	673	674	675	676	677	678	679	680	681	682	683	684	685	686	687	688	689	690	691	692	693	694	695	696	697	698	699	700	701	702	703	704	705	706	707	708	709	710	711	712	713	714	715	716	717	718	719	720	721	722	723	724	725	726	727	728	729	730	731	732	733	734	735	736	737	738	739	740	741	742	743	744	745	746	747	748	749	750	751	752	753	754	755	756	757	758	759	760	761	762	763	764	765	766	767	768	769	770	771	772	773	774	775	776	777	778	779	780	781	782	783	784	785	786	787	788	789	790	791	792	793	794	795	796	797	798	799	800	801	802	803	804	805	806	807	808	809	810	811	812	813	814	815	816	817	818	819	820	821	822	823	824	825	826	827	828	829	830	831	832	833	834	835	836	837	838	839	840	841	842	843	844	845	846	847	848	849	850	851	852	853	854	855	856	857	858	859	860	861	862	863	864	865	866	867	868	869	870	871	872	873	874	875	876	877	878	879	880	881	882	883	884	885	886	887	888	889	890	891	892	893	894	895	896	897	898	899	900	901	902	903	904	905	906	907	908	909	910	911	912	913	914	915	916	917	918	919	920	921	922	923	924	925	926	927	928	929	930	931	932	933	934	935	936	937	938	939	940	941	942	943	944	945	946	947	948	949	950	951	952	953	954	955	956	957	958	959	960	961	962	963	964	965	966	967	968	969	970	971	972	973	974	975	976	977	978	979	980	981	982	983	984	985	986	987	988	989	990	991	992	993	994	995	996	997	998	999	1000	1001	1002	1003	1004	1005	1006	1007	1008	1009	1010	1011	1012	1013	1014	1015	1016	1017	1018	1019	1020	1021	1022	1023	1024	1025	1026	1027	1028	1029	1030	1031	1032	1033	1034	1035	1036	1037	1038	1039	1040	1041	1042	1043	1044	1045	1046	1047	1048	1049	1050	1051	1052	1053	1054	1055	1056	1057	1058	1059	1060	1061	1062	1063	1064	1065	1066	1067	1068	1069	1070	1071	1072	1073	1074	1075	1076	1077	1078	1079	1080	1081	1082	1083	1084	1085	1086	1087	1088	1089	1090	1091	1092	1093	1094	1095	1096	1097	1098	1099	1100	1101	1102	1103	1104	1105	1106	1107	1108	1109	1110	1111	1112	1113	1114	1115	1116	1117	1118	1119	1120	1121	1122	1123	1124	1125	1126	1127	1128	1129	1130	1131	1132	1133	1134	1135	1136	1137	1138	1139	1140	1141	1142	1143	1144	1145	1146	1147	1148	1149	1150	1151	1152	1153	1154	1155	1156	1157	1158	1159	1160	1161	1162	1163	1164	1165	1166	1167	1168	1169	1170	1171	1172	1173	1174	1175	1176	1177	1178	1179	1180	1181	1182	1183	1184	1185	1186	1187	1188	1189	1190	1191	1192	1193	1194	1195	1196	1197	1198	1199	1200	1201	1202	1203	1204	1205	1206	1207	1208	1209	1210	1211	1212	1213	1214	1215	1216	1217	1218	1219	1220	1221	1222	1223	1224	1225	1226	1227	1228	1229	1230	1231	1232	1233	1234	1235	1236	1237	1238	1239	1240	1241	1242	1243	1244	1245	1246	1247	1248	1249	1250	1251	1252	1253	1254	1255	1256	1257	1258	1259	1260	1261	1262	1263	1264	1265	1266	1267	1268	1269	1270	1271	1272	1273	1274	1275	1276	1277	1278	1279	1280	1281	1282	1283	1284	1285	1286	1287	1288	1289	1290	1291	1292	1293	1294	1295	1296	1297	1298	1299	1300	1301	1302	1303	1304	1305	1306	1307	1308	1309	1310	1311	1312	1313	1314	1315	1316	1317	1318	1319	1320	1321	1322	1323	1324	1325	1326	1327	1328	1329	1330	1331	1332	1333	1334	1335	1336	1337	1338	1339	1340	1341	1342	1343	1344	1345	1346	1347	1348	1349	1350	1351	1352	1353	1354	1355	1356	1357	1358	1359	1360	1361	1362	1363	1364	1365	1366	1367	1368	1369	1370	1371	1372	1373	1374	1375	1376	1377	1378	1379	1380	1381	1382	1383	1384	1385	1386	1387	1388	1389	1390	1391	1392	1393	1394	1395	1396	1397	1398	1399	1400	1401	1402	1403	1404	1405	1406	1407	1408	1409	1410	1411	1412	1413	1414	1415	1416	1417	1418	1419	1420	1421	1422	1423	1424	1425	1426	1427	1428	1429	1430	1431	1432	1433	1434	1435	1436	1437	1438	1439	1440	1441	1442	1443	1444	1445	1446	1447	1448	1449	1450	1451	1452	1453	1454	1455	1456	1457	1458	1459	1460	1461	1462	1463	1464	1465	1466	1467	1468	1469	1470	1471	1472	1473	1474	1475	1476	1477	1478	1479	1480	1481	1482	1483	1484	1485	1486	1487	1488	1489	1490	1491	1492	1493	1494	1495	1496	1497	1498	1499	1500	1501	1502	1503	1504
-----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------



SAE
ITUIUTABA-MG

**SAE - SUPERINTENDENCIA
DE AGUA E E**
AVENIDA 33, 474
BAIRRO: SETOR SUL CEP:
38300030
ITUIUTABA - MG
CNPJ : 17.819.061/0001-88
Telefone: 03432680400

2º VIA DA CONTA
21621032025-7
31/03/2025 - 10:40

CONTA DE ÁGUA E ESGOTO

MARCOS ANTONIO ALVES

Endereço: RUA FRANCISCO A. VILELA, 344 - MARIA VILELA - CEP:
38301-060 - ITUIUTABA/MG

Cod. ligação: 21621-8

Mapa cadastral: 03 - 01 - 1340

Id. eletrônico: 80121621@03

MÊS/ANO
03/2025

RES	COM	IND	PUB
1	0	0	0

DESCRIÇÃO

VALOR

TARIFA DE ÁGUA	
TARIFA DE ESGOTO	18,87
TBO AGUA	13,21
TBO ESGOTO	17,21
	12,04

**DATA DE
LEITURA**
05/03/2025

**DATA LEITURA
ORIG**
05/03/2025

**DATA PROX
LEITURA**
-

VENCIMENTO
08/04/2025

VALOR A PAGAR
R\$61,39

L. ANTERIOR
0

L. ATUAL
379

CONS. REAL
9m3

**CONS.
FATURADO**
9m3

MÉDIA
15m3

OCORRÊNCIA
0

HIDRÔMETRO
Y21G837313

VAZÃO
1,5m3

DIÂMETRO
1/2"

DATA DA INSTALAÇÃO
31/01/2023

CONSUMO

MÊS

MENSAGEM

Autarquia municipal imune de IRRF conforme constituição da república, ART150, inciso VI, parágrafo 2 IN RFB N1234, capítulo III, ART 4 anexo XV

Certificação: 6708.5777.4966.6156.8682-9 | 31/03/2025 10:40:46



SAE
ITUIUTABA-MG

**SAE - SUPERINTENDENCIA
DE AGUA E E**
AVENIDA 33, 474
BAIRRO: SETOR SUL CEP:
38300030
ITUIUTABA - MG
CNPJ : 17.819.061/0001-88

2º VIA DA CONTA
21621032025-7
31/03/2025 - 10:40

CONTA DE ÁGUA E ESGOTO

MARCOS ANTONIO ALVES

Endereço: RUA FRANCISCO A. VILELA, 344 - MARIA VILELA - CEP:
38301-060 - ITUIUTABA/MG

Cod. ligação: 21621-8

Mapa cadastral: 03 - 01 - 1340

Id. eletrônico: 80121621@03

MÊS/ANO
03/2025

RES	COM	IND	PUB
1	0	0	0

CEMIGDocumento Auxiliar da Nota Fiscal de Energia Elétrica Eletrônica
CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A. CNPJ 04.191.180/0001-17 INSC. ESTADUAL 042.227.136-0067
AV. BANDEIRA, 1.700 - 1ª ANDAR - ALA 1 - RUA DO SANTO AGOSTINHO - CEP: 30130-121 - BELO HORIZONTE - MGBOM EMPREGADOR E BOM BANCARIO
ITUJUBA
RUA VIRTE, 100 CX 2CENTRO
ITUJUBA - MG
CEP: 38300074
CNPJ: 21.328.411/0001-44

Nº DO CLIENTE:

Nº de Instalação	Assinatura Entidade Filantropica	Classe
3005732685		Basico
Data de Leitura		Modalidade Tarifaria
Ameter	Atual	Previsão
06/02	10/03	07/04
		Tarifa Convencional

Control: 320451107424050 Data da Impressão: 10/03/2025 10:11:20
NOTA FISCAL: 240183761 Série: 000 Data de emissão: 10/03/2025Chave de acesso: 31250305001180000118000002461837612075528058
ENTRADA EM CONTINGÊNCIA - PENDENTE DE AUTORIZAÇÃO
Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Energia Elétrica Eletrônica
Consulte a chave de acesso em: <http://www.sped.fazenda.mg.gov.br/spedema>

Tag de Medição	Medidor	Leitura Anterior	Leitura Atual	Constante de Multiplicação	Consumo LfV
Energia Elétrica	APL237167704	2164	2433	1	269

Item da fatura	Unid.	Quant.	Preço unit.	Valor	Pis. COFINS	Base Calc. ICMS	Alíquota ICMS	ICMS	Tarifa Unit.
Energia Elétrica	MWh	269	1,01703171	273,56	9,21	273,56	19,00	49,24	0,79966000

Cotação Custo Item Público
Multa 2% sobre conta de 02/2025
Correção IPCARCPM e correção 01/26 pg 04/02/25
Juros 1% em sobre correção 01/26 pg 04/02/2543,98
4,64
0,32
0,80

Total 323,10 9,21 273,56 49,24 Pag. 1 de 1

MAR/2025

25/03/2025

R\$ 323,10

	Base de Cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Valor (R\$)
ICMS	273,56	18,00	R\$ 49,24
COFINS	224,32	0,73	R\$ 1,63
ICMS	224,32	3,38	R\$ 7,58

Mes/Ano	Consumo de Cálculo kWh	Dias de Faturam.	Até 10/03/25
MAR/2025	269	32	Até 10/03/25
FEV/2025	227	28	Até 10/03/25
JAN/2025	221	30	Até 10/03/25
DEZ/2024	278	33	Até 10/03/25
NOV/2024	219	28	Até 10/03/25
OUT/2024	290	31	Até 10/03/25
SET/2024	245	33	Até 10/03/25
AUG/2024	193	29	Até 10/03/25
JUL/2024	233	32	Até 10/03/25
JUN/2024	208	31	Até 10/03/25
MAY/2024	252	29	Até 10/03/25
ABR/2024	322	31	Até 10/03/25
MAR/2024	341	31	Até 10/03/25

Até 10/03/25

Até 10/03/25

Até 10/03/25

Até 10/03/25

Até 10/03/25

Até 10/03/25

Até 10/03/25

Até 10/03/25

Até 10/03/25

Até 10/03/25

Até 10/03/25

Até 10/03/25

Até 10/03/25

Até 10/03/25

FEV/25 5% - Valor: MAR/25 Band Verde. Tarifas e impostos conforme Res Anatel nº 3.328, de 21/12/2024. Redução alíquota ICMS conforme Lei Complementar 194/22. O pagamento desta conta não gera débitos anteriores. Para fins, estão sujeitas penalidades legais vigentes (multas) e/ou juros e correção monetária baseadas no vencimento das mesmas. É dever do consumidor manter os dados cadastrais sempre atualizados e informar alterações da atividade exercida no local. Faça sua análise para o fechamento da conta de energia por e-mail acessando www.cemig.com.br. Leitura realizada com o medidor de faturamento.

Para contato com a Central de Atendimento, se o número não estiver disponível na sua cidade, ligue 0800 7210 111. Em cidades onde não houver, ligue 0800 723 6007. Ou visite a Cemig 0800 728 3838.

CASA DE MARIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

Rua 20, nº 196 – centro – 38300-074 – CNPJ nº 09.640.593/0001-25

FICHA CADASTRAL

EXERCICIO 2025

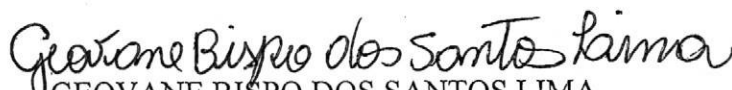
I – IDENTIFICAÇÃO

- 01 – Entidade: CASA DE MARIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS
- 02 – CNPJ: 09.640.593/0001-25
- 03 – Endereço: Rua 20, nº 196
- 04 – CEP: 38300-074
- 05 – Bairro: Centro
- 06 – Telefone: 34-99895-2220
- 07 – Fax:
- 08 – Site:
- 09 – E-mail: gbds.2014@gmail.com

II – IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL

- 10 – Nome: Geovane Bispo dos Santos Lima
- 11 – CPF: 062.692.616-51
- 12 – RG: MG-13.562.203 SSP/MG
- 13 – Posse: 01/03/24 a 01/03/28
- 14 – Endereço: Rua 1, com Avenidas 26 e 24 n.º 1475
- 15 – Bairro: Tupã
- 16 – Telefone: 34-99895-2220
- 17 – Celular: 34-99895-2220

Ituiutaba, em 13 de maio de 2025.


GEOVANE BISPO DOS SANTOS LIMA

Presidente da CASA DE MARIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

CPF 062.692.616-51

CASA DE MARIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

Rua 20, nº 196 – centro – 38300-074 – CNPJ nº 09.640.593/0001-25

RELACÃO NOMINAL

PRESIDENTE: Geovane Bispo dos Santos Lima

VICE-PRESIDENTE: Zilma Aparecida Rosa

PRIMEIRA SECRETÁRIA: Nathalia Barros de Souza

SEGUNDA SECRETÁRIA: Sônia Helena Martins

PRIMEIRA TESOUREIRA: Maria das Graças Santos

SEGUNDA TESOUREIRA: Elbia Simone de Freitas

CONSELHO FISCAL: Maria Aparecida Gomes de Lira

Maria Amélia da Silva

Luciana Santos

SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL: Antônia Irene Alencar Lima

Magna Maria Silva

Marcos Antonio Alves

Ituiutaba, em 13 de maio de 2025.

Geovane Bispo dos Santos Lima
GEOVANE BISPO DOS SANTOS LIMA

Presidente da CASA DE MARIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

CPF 062.692.616-51



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: CASA DE MARIA NOSSA SENHORA DAS GRACAS
CNPJ: 09.640.593/0001-25

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 20:04:55 do dia 17/03/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 13/09/2025.

Código de controle da certidão: **7C36.8482.49A3.19E2**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 09.640.593/0001-25
Razão Social: CASA DE MARIA NOSSA SENHORA DAS GRACAS
Endereço: R VINTE 196 / CENTRO / ITUIUTABA / MG / 38300-074

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 04/05/2025 a 02/06/2025

Certificação Número: 2025050402131623934859

Informação obtida em 13/05/2025 09:30:20

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



MUNICÍPIO DE ITUIUTABA
Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento
Departamento de Receita
38300-132 - Avn 17, 1084 CENTRO ITUIUTABA MG
www.ituiutaba.mg.gov.br

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Número 467898/2025

Data Geração: 09/04/2025

Data Validade: 09/07/2025

Certificamos que não constam em nome do sujeito passivo identificado, nesta, débitos com a Fazenda Pública Municipal, ressalvando o direito do município de cobrar quaisquer débitos que vierem a ser conhecidos e apurados após a expedição desta certidão.

Identificação

Crc	73076
Contribuinte	CASA DE MARIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS
CNPJ ou CPF	09.640.593/0001-25
Inscrição Estadual ou RG	
Endereço	38300-074 - Rua 20, 196
Bairro	CENTRO Cidade: ITUIUTABA Estado: MG

Data Emissão: 09/04/2025

Para atestar a veracidade da informação quanto a manutenção da condição de não devedor poderá ser verificada na seguinte página da Internet:

<https://www.ituiutaba.mg.gov.br>

Número: 467898/2025

Inscrição: 73076

AVISO: Qualquer rasura ou emenda **INVALIDARÁ** este documento.

Certidão Emitida Gratuitamente



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: CASA DE MARIA NOSSA SENHORA DAS GRACAS (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 09.640.593/0001-25
Certidão nº: 20270314/2025
Expedição: 09/04/2025, às 16:42:35
Validade: 06/10/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **CASA DE MARIA NOSSA SENHORA DAS GRACAS (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **09.640.593/0001-25**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais. A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>). Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS****CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS****Negativa**CERTIDÃO EMITIDA EM:
09/04/2025CERTIDÃO VALIDA ATÉ:
08/07/2025

NOME: CASA DE MARIA NOSSA SENHORA DAS GRACAS

CNPJ/CPF: 09.640.593/0001-25

LOGRADOURO: RUA VINTE

NÚMERO:

COMPLEMENTO:

BAIRRO: CENTRO

CEP: 38300074

DISTRITO/POVOADO:

MUNICÍPIO: ITUIUTABA

UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

IDENTIFICAÇÃO

NÚMERO DO PTA

DESCRIÇÃO

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada através de aplicativo disponibilizado pela Secretaria de Estado de Minas Gerais, na internet: <http://www.fazenda.mg.gov.br>
=> Empresas => Certificação da Autenticidade de Documentos.

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO: 2025000864717537

CASA DE MARIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

Rua 20, nº 196 – centro – 38300-074 – CNPJ nº 09.640.593/0001-25

DECLARAÇÃO

GIOVANE BISPO DOS SANTOS LIMA, presidente da CASA DE MARIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, CPF 062.692.616-51, declara para os devidos fins e sob penas da lei, para fins de formalização do Termo de Parceria com o Município de ITUIUTABA-MG, em cumprimento ao inciso XXXIII do Art 7º da Constituição Federal, que não possuímos em nosso quadro funcional pessoas menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, de menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

Ituiutaba, em 13 de maio de 2025.

Giovane Bispo dos Santos Lima
GEOVANE BISPO DOS SANTOS LIMA

Presidente da CASA DE MARIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

CPF 062.692.616-51

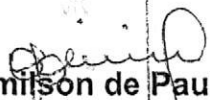
CERTIFICADO DE INSCRIÇÃO - CMAS

O Conselho Municipal de Ituiutaba-MG, certifica para os devidos fins que a **Casa de Maria Nossa Senhora das Graças**, sediado na cidade de **Ituiutaba-MG**, situada na Rua Vinte nº 196, Centro, Ituiutaba, Estado de **Minas Gerais**, inscrito no **CNPJ** sob nº **09.640.593/0001-25** é inscrito neste Conselho, sob o nº **076/2008** desde **24 de Outubro de 2008**, estando inscrita e regular neste exercício.

A entidade presta serviços de assistência social à pessoas em situação de rua, sem alojamento.

Por ser verdade firmo o presente.

Ituiutaba-MG, 24 de Outubro de 2024


Admilson de Paula Borges

Vice Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Ficha de Abertura e Autógrafos - Pessoa Jurídica - NSGD

Produto 1292	Grau de sigilo #PESSOAL	
-----------------	----------------------------	--

REPRESENTANTE LEGAL	
Nome completo por extenso GEOVANE BISPO DOS SANTOS LIMA	

Tipo de Movimentação da Conta	
C	C - Em Conjunto I - Isolada
O - Indica os poderes do representante no campo "observação".	

Data Término Mandato
Indeterminado

ENDEREÇO / ENDEREÇO ELETRÔNICO / TELEFONE

Logradouro e bairro UM - 1475			
Cidade ITUJUBA	País BRASIL	UF MG	CEP 38304-380
E-mail gbds.2014@gmail.com		Assinatura Eletrônica	
		Data do cadastramento 07/05/2025	

DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

Tipo	1 - Carteira de identidade	3 - Identidade Militar	5 - CNH	7 - Outro
5	2 - Carteira funcional	4 - Passaporte Bras	6 - CIE	

Nº do documento 04751055104	Órgão emissor/UF DETRAN/MG	Data emissão 05/09/2022	CPF 062.692.616-51
E.Civil 2	1 - Solteiro	2 - Casado	Sexo 1 - Feminino 2 - Masculino
3 - União Estável	4 - Outros		Nac. 1 - Brasileira 2 - Estrangeira
Data de nascimento 18/11/1982	Local de nascimento UBERLANDIA	Profissão	Código ocupação

CONSTITUIÇÃO

Forma e data de constituição 11.06.2008	Documento constitutivo ESTATUTO	Total RL 2
Atividade principal SERVICOS DE	Faturamento anual - R\$ 0	Porte 5
1 - Micro		2 - Pequena
3 - Média		4 - Grande
5 - Sem fins lucrativos		

ENDEREÇO / ENDEREÇO ELETRÔNICO / TELEFONE

Logradouro e Bairro VINTE - 196			
Cidade ITUJUBA	País BRASIL	UF MG	CEP 38300074
E-mail gbds.2014@gmail.com		DDD/Telefone (34) 999002129	

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br



MUNICIPIO DE ITUIUTABA
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS
ALVARÁ DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Alvará Nº: **1243 / 2025** Inscrição Municipal 23475 CCM 23475 CNPJ/CPF 09.640.593/0001-25

FICA CONCEDIDO A
CASA DE MARIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

NOME FANTASIA
CM - ASSOCIAÇÃO CASA DE MARIA

LICENÇA PARA SE ESTABELECEER
Rua 20, 196
CENTRO
38300-074 ITUIUTABA/MG

ATIVIDADE PRINCIPAL
ASSOCIAÇÃO ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS

Descrição Atividade
Atividades de organizações religiosas

Descrição Adicional

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO
24 Horas, Inclusive Domingos e Feriados

OBSERVAÇÃO:

POSSUI DECLARAÇÃO DISPENSA LICENCIAMENTO NºMGL2001268076 - N.F: 24/03/2026.

EXERCÍCIO	INÍCIO ATIVIDADE	Nº PROCESSO	ANO PROCESSO	VALIDADE	DATA EMISSÃO
2025	11/06/2008	1752	2010	28/02/2026	26/03/2025

MARIANA CORREA DE OLIVEIRA
Auxiliar Administrativo
Mat. 16595
Sec. Municipal de Planejamento

Agostinho Moura da Silva
Seção de F. Postura
Mat. 3080

PREFEITURA DE ITUIUTABA

LEI N. 3.950, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2008

*Declara de utilidade pública a Casa de
Maria Nossa Senhora das Graças e dá outras
providências.*

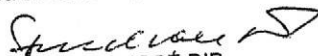
A Câmara Municipal de Ituiutaba decreta e eu sanciono a seguinte
lei:

Art. 1º Fica declarada da utilidade pública a **CASA DE MARIA
NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS**, com sede nesta cidade.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Ituiutaba, em 11 de novembro de 2008.


FUED JOSÉ DIB
- Prefeito de Ituiutaba -

CASA DE MARIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

Rua 20, nº 196 – centro – 38300-074 – CNPJ nº 09.640.593/0001-25

DECLARAÇÃO

GIOVANE BISPO DOS SANTOS LIMA, presidente da CASA DE MARIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, CPF 062.692.616-51, declara para os devidos fins e sob penas da lei, que o Sr.(a) Marcos Antonio Alves, CPF n. 592.123.736-15, CRC nº TC-MG 082147/0 é o contador responsável pela referida entidade e que seu registro está regular junto ao Conselho Regional de Contabilidade, conforme cópia anexa.

Ituiutaba, em 13 de maio de 2025.

Giovane Bispo dos Santos Lima
GIOVANE BISPO DOS SANTOS LIMA

Presidente da CASA DE MARIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

CPF 062.692.616-51



Certidão de Habilitação

Imprimir



**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE
CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE GERAIS certifica que o(a) profissional identificado encontra-se habilitado para o exercício da profissão.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... : MARCOS ANTONIO ALVE
REGISTRO..... : MG-082147/O-1
CATEGORIA..... : CONTADOR
CPF..... : ***.123.736-**

A falsificação deste documento constitui-se crime Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: MINAS GERAIS, 11/04/2025 às 15:18
Válido até: 10/07/2025.
Código de Controle: 958681.

Para verificar a autenticidade deste documento



CASA DE MARIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

Rua 20, nº 196 – centro – 38300-074 – CNPJ nº 09.640.593/0001-25

DECLARAÇÃO

GIOVANE BISPO DOS SANTOS LIMA, presidente da CASA DE MARIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, CPF 062.692.616-51, nomeia o mesmo como Gestor na Entidade pelo controle administrativo, financeiro e de execução da parceria celebrado com a Prefeitura Municipal.

Declaro ter conhecimento e estar ciente das responsabilidades previstas na Lei Federal nº 13.019/2014.

Ituiutaba, em 13 de maio de 2025.


GEOVANE BISPO DOS SANTOS LIMA

Presidente da CASA DE MARIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS
CPF 062.692.616-51

CASA DE MARIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

Rua 20, nº 196 – centro – 38300-074 – CNPJ nº 09.640.593/0001-25

DECLARAÇÃO

GIOVANE BISPO DOS SANTOS LIMA, presidente da CASA DE MARIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, CPF 062.692.616-51, Certifico que os dirigentes e conselheiros da referida entidade, cujo período de atuação é de 01/03/2024 a 01/03/2028, são: Presidente: GIOVANE BISPO DOS SANTOS LIMA, CPF 062.692.616-51; Vice-presidente: ZILMA APARECIDA ROSA, CPF 966.636.936-20; Primeira Secretária: NATHALIA BARROS DE SOUZA, CPF 086.885.266-05; Segunda Secretária: SÔNIA HELENA MARTINS, CPF 288.646.036-20; Primeira Tesoureira: MARIA DAS GRAÇAS SANTOS, CPF 481.859.146-72; Segunda Tesoureira: ELBIA SIMONE DE FREITAS, CPF 872.982.526-15; Conselho Fiscal: MARIA APARECIDA GOMES DE LIRA, CPF 545.407.806-97; MARIA AMÉLIA DA SILVA, CPF 258.552.206-72; LUCIANA SANTOS, CPF 693.366.876-20; Suplentes do Conselho Fiscal: ANTÔNIO IRENE ALENCAR LIMA, CPF 247.175.683-20; MAGNA MARIA SILVA, CPF 595.487.626-68; MARCOS ANTONIO ALVES, CPF 592.123.736-15.

Ituiutaba, em 13 de maio de 2025.

Giovane Bispo dos Santos Lima
GEOVANE BISPO DOS SANTOS LIMA

Presidente da CASA DE MARIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

CPF 062.692.616-51

CASA DE MARIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

Rua 20, nº 196 – centro – 38300-074 – CNPJ nº 09.640.593/0001-25

DECLARAÇÃO

GIOVANE BISPO DOS SANTOS LIMA, presidente da CASA DE MARIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, CPF 062.692.616-51, declara não haver contratação de parentes ou empresas, inclusive por afinidade, de dirigentes vinculados a este objeto, bem como membros do Poder Público.

Ituiutaba, em 13 de maio de 2025.

Geovane Bispo dos Santos Lima
GEOVANE BISPO DOS SANTOS LIMA

Presidente da CASA DE MARIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

CPF 062.692.616-51

CASA DE MARIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

Rua 20, nº 196 – centro – 38300-074 – CNPJ nº 09.640.593/0001-25

DECLARAÇÃO

GIOVANE BISPO DOS SANTOS LIMA, presidente da CASA DE MARIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, CPF 062.692.616-51, declara para os devidos fins que se compromete em aplicar os recursos repassados de acordo com o art. 51 da Lei 13019/2014 bem como prestar contas na forma dos art.(s) 63 a 68 da mesma lei.

Ituiutaba, em 13 de maio de 2025.

Geovane Bispo dos Santos Lima
GEOVANE BISPO DOS SANTOS LIMA

Presidente da CASA DE MARIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS
CPF 062.692.616-51

CASA DE MARIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

Rua 20, nº 196 – centro – 38300-074 – CNPJ nº 09.640.593/0001-25

DECLARAÇÃO

GIOVANE BISPO DOS SANTOS LIMA, presidente da CASA DE MARIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, CPF 062.692.616-51, declara para os devidos fins e sob penas da lei, que não integram a respectiva diretoria agentes políticos do governo concedente.

Ituiutaba, em 13 de maio de 2025.

Giovane Bispo dos Santos Lima
GEOVANE BISPO DOS SANTOS LIMA

Presidente da CASA DE MARIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

CPF 062.692.616-51

CASA DE MARIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

Rua 20, nº 196 – centro – 38300-074 – CNPJ nº 09.640.593/0001-25

DECLARAÇÃO

GIOVANE BISPO DOS SANTOS LIMA, presidente da CASA DE MARIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, CPF 062.692.616-51, declara para os devidos fins e sob penas da lei, que a formalização do Termo de Parceria com o Município de Ituiutaba não contraria o Estatuto da entidade e que a mesma está em dia com as prestações de contas referente a recursos recebidos do Município de Ituiutaba.

Ituiutaba, em 13 de maio de 2025.


GEOVANE BISPO DOS SANTOS LIMA

Presidente da CASA DE MARIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

CPF 062.692.616-51

CASA DE MARIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

Rua 20, nº 196 – centro – 38300-074 – CNPJ nº 09.640.593/0001-25

DECLARAÇÃO

GIOVANE BISPO DOS SANTOS LIMA, presidente da CASA DE MARIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, CPF 062.692.616-51, declara para os devidos fins e sob penas da lei, que dispõe de estrutura física e de pessoal, com capacidade administrativa, técnica e gerencial para a execução do Plano de Trabalho proposto, assumindo inteira responsabilidade pelo cumprimento de todas as metas, acompanhamento e prestação de contas, bem como em atender o art. 43 da Lei Federal nº 13.019/2014.

Ituiutaba, em 13 de maio de 2025.


GEOVANE BISPO DOS SANTOS LIMA

Presidente da CASA DE MARIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

CPF 062.692.616-51

CASA DE MARIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

Rua 20, nº 196 – centro – 38300-074 – CNPJ nº 09.640.593/0001-25

DECLARAÇÃO

GIOVANE BISPO DOS SANTOS LIMA, presidente da CASA DE MARIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, CPF 062.692.616-51, declara para os devidos fins que a entidade teve seu início das atividades em 11/06/2008.

Ituiutaba, em 13 de maio de 2025.

Geovane Bispo dos Santos Lima
GEOVANE BISPO DOS SANTOS LIMA

Presidente da CASA DE MARIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

CPF 062.692.616-51

PROCESSO Nº 10442/2025

À Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, para que seja aprovado o plano de trabalho, especificando o interesse público e relevância social da proposta conforme artigo 2º da lei 13.019/2014.

Indicar o fiscal e o gestor que irão acompanhar a execução do plano de trabalho com nome, cargo, matrícula e assinatura do mesmo.

O processo se trata de recurso financeiro no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), para ser utilizado como CUSTEIO pela entidade.

Em seguida devolver a esse setor.

Ituiutaba, 03 de julho de 2025.


Thamiris Elias Rosa
Mat. 828

DESPACHO

Ituiutaba-MG, 14 de julho de 2025.

PROCESSO: 10442/2025

Assunto: Aprovação de Plano de Trabalho e Indicação de Fiscal e Gestor para Celebração de Termo de Fomento com a Entidade “Casa de Maria”

Em atenção à solicitação apresentada, submeto à apreciação superior a presente manifestação, com vistas à aprovação do Plano de Trabalho apresentado pela entidade “Casa de Maria”, cujo objeto trata da execução de ações socioassistenciais voltadas ao atendimento direto da população em situação de vulnerabilidade social no município de Ituiutaba-MG. O valor proposto para o repasse público é de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), na modalidade custeio, conforme previsto no inciso I do artigo 2º da Lei Federal n.º 13.019/2014, por meio da celebração de Termo de Fomento com esta Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

A presente proposta reveste-se de inegável interesse público e relevante significado social, nos termos do art. 203, inciso I e II da Constituição Federal, da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS - Lei n.º 8.742/1993) e da Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004). A atuação da entidade, conforme descrito no plano, está pautada em ações continuadas de proteção social básica, caracterizando-se como complementar às ações estatais, conforme preconiza o artigo 6º, inciso II da LOAS.

O objeto da parceria consiste na promoção da assistência social por meio da oferta de alimentação diária (almoço), de segunda a sexta-feira, a mais de 60 (sessenta) pessoas por dia, com foco na população em situação de rua, mulheres grávidas em abandono, pessoas idosas em extrema pobreza e famílias desabrigadas. Além disso, contempla o fornecimento de agasalhos, roupas, acolhimento humanizado e escuta qualificada — configurando-se, portanto, como serviço essencial de atendimento às necessidades humanas básicas, nos moldes do art. 23, §2º da LOAS, que assegura às entidades privadas sem fins lucrativos a atuação complementar no SUAS.

A relevância social do projeto se expressa na sua capacidade de mitigar os impactos da insegurança alimentar, do abandono e da exclusão social, proporcionando condições mínimas de dignidade e sobrevivência para sujeitos em situação de risco. Trata-se, assim, de iniciativa alinhada às diretrizes da Proteção Social Básica, conforme disposto no artigo 4º da PNAS, por desenvolver ações preventivas, protetivas e proativas, no território, com base no respeito à cidadania e ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

Do ponto de vista legal, a Lei Federal nº 13.019/2014, em seu artigo 2º, §1º, define como de interesse público e relevância social as iniciativas voltadas à promoção dos direitos sociais, à inclusão e ao desenvolvimento humano, o que se adequa perfeitamente à natureza das ações propostas pela Casa de Maria. Ainda, o artigo 30 da referida lei exige,

para a celebração de parcerias com a administração pública, a demonstração do interesse público e do alinhamento à política pública setorial, ambos amplamente evidenciados nos fundamentos apresentados.

A execução dos recursos está voltada exclusivamente a itens de custeio. Tais despesas são compatíveis com o art. 46 da LOAS e estão em consonância com os parâmetros legais e técnicos para utilização de recursos públicos no âmbito da assistência social, não havendo desvio de finalidade ou incongruência com a tipificação dos serviços socioassistenciais.

Por fim, indico, para fins de controle, acompanhamento e avaliação da execução do presente Plano de Trabalho, os seguintes servidores públicos:

Gestora de Contratos: Daiane Aparecida Cintra, matrícula n.º 1280 – Diretora da Proteção Social Especial.

Fiscal de Contratos: Thiago Oliveira Silva, matrícula n.º 3566 – Chefe do Setor de Programas e Projetos Sociais.

Diante do exposto, opino favoravelmente pela aprovação do Plano de Trabalho anexo, páginas 03 a 05.

Atenciosamente,



MANUELA GUEDES VIANA
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social

PREFEITURA DE ITUIUTABA

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 10442/2025

PARECER TÉCNICO

OBJETO: Promoção da assistência social, desenvolvendo trabalhos individuais e em grupos, com voluntários, assistindo e apoiando programas e projetos sociais voltados ao atendimento a família, a maternidade, a terceira idade, população em situação de rua e em especial aqueles que se encontram em risco social, fornecendo agasalhos, roupas e alimentação diária.

Referência: - Repasse ao Terceiro Setor – Termo de Fomento

Organização da Sociedade Civil: CASA DE MARIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS.

CNPJ: 09.640.593/0001-25

Endereço: Rua 20, nº 196, Centro

Objeto proposto: Promoção da assistência social, desenvolvendo trabalhos individuais e em grupos, com voluntários, assistindo e apoiando programas e projetos sociais voltados ao atendimento a família, a maternidade, a terceira idade, população em situação de rua e em especial aqueles que se encontram em risco social, fornecendo agasalhos, roupas e alimentação diária.

Valor total do repasse: R\$50.000,00

Período: Exercício de 2025.

Tipo da Parceria: - Termo de Fomento

PARECER TÉCNICO – JUSTIFICATIVA

Considerando o plano de trabalho apresentado pela entidade CASA DE MARIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS.

Considerando a aplicabilidade das disposições contidas na Lei n. 13.019/2014, que trata do novo regime jurídico incidente sobre a formalização de parcerias entre o poder público e as organizações da sociedade civil;

Considerando a necessidade do Município de Ituiutaba suprir atividades concernentes ao âmbito de assistência social.

Considerando a impossibilidade, por ora, de tais atividades serem satisfatoriamente adimplidas pelo poder público local, de ofício.

PREFEITURA DE ITUIUTABA

Considerando que em determinados casos, quando houver interesse público e recíproco entre o poder público e organizações da sociedade civil – definidas pelo artigo 2.º da Lei n. 13.019/2014, podem ser formalizados instrumentos de parceria entre ambos para a consecução do objeto.

Considerando que, após análise acurada feita em âmbito local constatamos que se trata de singularidade do objeto da parceria, uma vez que a entidade vai atender aos objetivos do município promovendo assistência social, desenvolvendo trabalhos individuais e em grupos, com voluntários, assistindo e apoiando programas e projetos sociais voltados ao atendimento a família, a maternidade, a terceira idade, população em situação de rua e em especial aqueles que se encontram em risco social, fornecendo agasalhos, roupas e alimentação diária..

Considerando que, nestes casos a Lei nº 13.019/2014 preceitua que, havendo singularidade do objeto da parceria, ou apenas uma entidade capaz de cumprir com o plano de trabalho, pode haver inexigibilidade do chamamento público pertinente.

Passamos a apresentar as razões pelas quais entendemos relevante a formalização de instrumento de parceria perante a entidade.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Segundo se retira dos artigos 16 e 17, da Lei Federal n. 13.019/2014, pode a administração pública formalizar em favor de entidades consideradas como de organizações da sociedade civil, termo de colaboração ou de fomento, distinguindo-se ambos pela iniciativa acerca do projeto de trabalho, senão vejamos:

Art. 16. O termo de colaboração deve ser adotado pela administração pública para consecução de planos de trabalho de sua iniciativa, para celebração de parcerias com organizações da sociedade civil que envolvam a transferência de recursos financeiros.

Parágrafo único. Os conselhos de políticas públicas poderão apresentar propostas à administração pública para celebração de termo de colaboração com organizações da sociedade civil.

Art. 17. O termo de fomento deve ser adotado pela administração pública para consecução de planos de trabalho propostos por organizações da sociedade civil que envolvam a transferência de recursos financeiros.

Precedendo estas formalizações, deve o poder público realizar chamamento público das OSCs competentes pela execução do projeto, ou então procedera dispensa ou inexigibilidade para tanto.

PREFEITURA DE ITUIUTABA

Neste íterim, tendo em vista que, após análise acurada, observamos que é necessária a criação da Lei Municipal, ao qual enquadrará a questão na Lei 13.019/2014, em seu art. 31, II, em hipótese de inexigibilidade de chamamento público:

"Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando: (Redação dada pela Lei nº 13.019, de 2014)

(...)

II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no inciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. (Incluído pela Lei nº 13.019, de 2014)."

Além do mais, é de se ressaltar que não se cogita da falta de interesse público na presente parceria, eis que destinada ao cumprimento de finalidades ínsitas ao setor de assistência social, bem como, por razões de ordens variadas, há incapacidade momentânea do poder público cumprir satisfatoriamente com toda demanda inerente neste campo, de ofício.

DAS ANÁLISES NO PLANO DE TRABALHO

Análise do Plano de Trabalho relativamente:

- a) do mérito da proposta, em conformidade com a modalidade de parceria adotada:

A proposta apresentada pela entidade, apresenta todos os elementos pertinentes ao **Termo de Fomento** e dão clareza na execução de trabalho, podendo, por esta comissão, ser considerada apta e aprovada.

- b) da identidade e da reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação, da parceria prevista nesta Lei:

A proposta analisada atende ao princípio da supremacia do interesse público, e está contida nas diretrizes das atividades de interesse social que deverão ser atendidas pelo poder público municipal ou por entidades membros da sociedade civil organizada.

PREFEITURA DE ITUIUTABA

c) da viabilidade de sua execução:

O Plano de Trabalho apresentado demonstra viabilidade de execução.

d) da verificação do cronograma de desembolso:

O desembolso de recursos será realizado em **01 parcela** ou na conveniência da administração municipal.

e) da descrição de quais serão os meios disponíveis a serem utilizados para a fiscalização da execução da parceria, assim como dos procedimentos que deverão ser adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos:

A parceria será fiscalizada pela Comissão de Acompanhamento prevista na **Portaria nº 31/2025** e serão avaliados em suma o desenvolvimento das atividades descritas no Plano de Trabalho, além dos indicadores de efetividade, através de pesquisas.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Das análises, concluímos que a execução da proposta é viável e os valores estimados são compatíveis com os preços de mercado; e o cronograma previsto na proposta é adequado e permite uma fiscalização efetiva.

Assim, posteriormente a emissão do parecer jurídico pertinente, bem como de todo trâmite necessário prescrito em lei, havendo as respectivas chancelas, autorizamos ao setor competente empreender todas as cautelas necessárias para a formalização do termo de fomento, consoante as disposições expressas em lei.

S. M. J, este é o Parecer.

Ituiutaba/MG, 15 de julho de 2025.


Thamiris Elias Rosa
Presidente


Tamiris Rodrigues Santos
Membro



PREFEITURA DE ITUIUTABA

- PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO -

PARECER Nº 606/2025

Processo Administrativo nº 10442/2025

Assunto: SUBVENÇÃO – PLANO DE TRABALHO – RECURSOS ORDINÁRIOS

1. RELATÓRIO

Trata-se de Processo Administrativo em que a Requerente CASA DE MARIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS solicita a subvenção do valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para custeio das atividades da instituição (fls. 02).

Acompanha o requerimento os documentos de fls. 03/79.

Em fls. 80 o Setor de Convênios do Município solicitou a aprovação do Plano de Trabalho e a indicação de Fiscal e Gestor para acompanhamento da execução do Plano de Trabalho.

Em fls. 81/82 ficou aprovada a solicitação pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Assistência Social (SEDS), tendo sido indicados o Fiscal e Gestor para acompanhamento da execução do Plano de Trabalho.

Tendo sido proferido Parecer Técnico pela viabilidade do Termo de Fomento em fls. 83/86.

Este é o breve relatório.

II – DA FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, mister se faz esclarecer que compete à Procuradoria do Processo Administrativo e do Contencioso em Geral zelar pela legalidade dos atos da Administração Municipal, propondo medidas que visem à correção das ilegalidades eventualmente encontradas, nos termos do artigo 16 da Lei Municipal Complementar nº 150/2017.

Ato contínuo, é válido ressaltar que o Parecer Jurídico **não é ato vinculativo**, não cabendo a Procuradoria do Processo Administrativo e do Contencioso em Geral analisar a viabilidade econômica e orçamentária das solicitações encaminhadas pelas Secretarias Municipais, sendo de responsabilidade do administrador que empenha os recursos tal análise. Neste sentido:



P R E F E I T U R A D E I T U I U T A B A

- PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO -

O parecer emitido por procurador ou advogado de órgão da administração pública não é ato administrativo. Nada mais é do que a opinião emitida pelo operador do direito, opinião técnico-jurídica, que orientará o administrador na tomada da decisão, na prática do ato administrativo, que se constitui na execução ex officio da lei. Na oportunidade do julgamento, porquanto envolvido na espécie simples parecer, ou seja, ato opinativo que poderia ser, ou não, considerado pelo administrador." (Mandado de Segurança nº 24.584-1 - Distrito Federal - Relator: Min. Marco Aurélio de Mello - STF.)

Inicialmente é importante ressaltar que não compete à Procuradoria Geral do Município a análise objetiva e subjetiva da relevância técnico-administrativa da entidade e muito menos do plano de trabalho apresentado, devendo cada uma das áreas responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do Plano de Trabalho fazê-lo.

Os recursos que serão utilizados para destinação à entidade são recursos ordinários do Município e decorrem de abertura de crédito especial com base em superávit financeiro apurado no exercício anterior (fls. 2v).

Tal superávit foi confirmado pela Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento em fls. 2v.

A Constituição Federal de 1988 estabelece que:

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

VI - a redução da vulnerabilidade socioeconômica de famílias em situação de pobreza ou de extrema pobreza.

Art. 204. As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:

I - descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social;

II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis. (grifos nossos)



P R E F E I T U R A D E I T U I U T A B A

- PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO -

A Lei Municipal nº 4.380/2015 estabelece que:

Art. 14. Os recursos do FMAS poderão ser aplicados em:

(...)

XXI – o repasse de recurso para as entidades e organizações de assistência social, devidamente registradas no CMAS, será efetivado por intermédio do FMAS, de acordo com critérios estabelecidos pelo CMAS, respeitando as permissões e pressupostos legais que regulam a espécie.

Parágrafo único. A transferência de recursos para organizações governamentais e não governamentais de Assistência Social processar-se-ão mediante convênios, termos de cooperação, contratos, ajustes e/ou similares, obedecendo à Legislação vigente sobre a matéria e em conformidade com os programas, projetos e serviços aprovados pelo CMAS.

Ato contínuo, a Lei Federal nº 13.019/2014 que estabelece as normas gerais para as parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, determina que:

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se:

I - organização da sociedade civil:

a) entidade privada sem fins lucrativos que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva;

(...)

III - parceria: conjunto de direitos, responsabilidades e obrigações decorrentes de relação jurídica estabelecida formalmente entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividade ou de projeto expressos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação;

(...)

VIII - termo de fomento: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pelas organizações da sociedade civil, que envolvam a transferência de recursos financeiros;

(...)

Art. 16. O termo de colaboração deve ser adotado pela administração pública para consecução de planos de trabalho de sua iniciativa, para celebração de parcerias com organizações da sociedade civil que envolvam a transferência de recursos financeiros.

(...)

Art. 45. As despesas relacionadas à execução da parceria serão executadas nos termos dos incisos XIX e XX do art. 42, sendo vedado:

I - utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria;

II - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

(...)



P R E F E I T U R A D E I T U I U T A B A

-PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO-

No âmbito municipal, o Decreto nº 8.169/2016 que regulamenta as disposições da lei federal, dispõe que:

Art. 10 – São instrumentos mediante os quais serão formalizadas as parcerias de que trata este decreto:

(...)

II – termo de fomento: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública do Município de Ituiutaba com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pelas organizações da sociedade civil, que envolvam a transferência de recursos financeiros;

(...)

Art. 12. Compete ao Chefe do Poder Executivo do Município de Ituiutaba:

(...)

II - celebrar ou autorizar a formalização do termo de colaboração e de fomento e os acordos de cooperação; (...)

Estabelece ainda o Decreto Municipal os requisitos para a celebração dos Termos de Fomento no art. 13, em concordância ao estipulado no art. 33 e seguintes da Lei Federal nº 13.019/2014.

Em relação a necessidade de chamamento público, dispõe o art. 31 da Lei nº 13.019/2014 e art. 25 do Decreto Municipal que:

Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica (...) (grifos nossos) (Lei nº 13.019/2014)

Art. 25. Exceto nas hipóteses previstas na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e neste Decreto, a celebração dos instrumentos de parceria de que trata o art. 10 deste decreto, deverá ser precedido chamamento público para selecionar organizações da sociedade civil que torne mais eficaz a execução do objeto. (grifos nossos) (Decreto nº 8.169/2016)

Ora, estando atestada a inexistência de discordância entre o órgão fiscalizador do Termo de Fomento (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Assistência Social) – fls. 81, tem-se que não há óbice a formalização do instrumento jurídico necessário à subvenção pleiteada.

Neste sentido se manifestou (fls. 81):





P R E F E I T U R A D E I T U I U T A B A

- PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO -

(...) A presente proposta reveste-se de inegável interesse público e relevante significado social, nos termos do art. 203, inciso I e II da Constituição Federal, da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS – Lei nº 8.742/1993) e da Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004). A atuação da entidade, conforme descrito no plano, está pautada em ações continuadas de proteção social básica, caracterizando-se como complementar às ações estatais, conforme preconiza o artigo 6º, inciso II da LOAS. (...)

Ato contínuo, concluiu o Parecer Técnico do Setor de Convênios do Município (fls. 86) que: “(...) concluímos que a execução da proposta é viável e os valores estimados são compatíveis com os preços de mercado; e o cronograma previsto na proposta é adequado e permite uma fiscalização efetiva (...)”.

Válido pontuar que todo recurso público deve ser usado levando em consideração os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37, CF). Por moralidade, pode-se incorporar o binômio necessidade/oportunidade. **Sendo assim, cabe ao Setor de Convênios e não à Procuradoria Geral do Município a análise de cada um dos custos informados no Plano de Trabalho, em conjunto com o ordenador da despesa, do gestor e do fiscal do contrato a fim de traçar sua conformidade à realidade.**

Neste sentido, ENTENDEMOS pela legalidade e viabilidade jurídica da formalização do instrumento jurídico necessário à subvenção pleiteada.

Pontua-se que, **não compete à Procuradoria Geral do Município a análise ou verificação da viabilidade financeira-orçamentária do Plano de Trabalho**, competindo ao ordenador da despesa, no caso, o Secretário Municipal, o acompanhamento de tal viabilidade em conjunto com a Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento.

III - DA CONCLUSÃO

Por todo o exposto, OPINAMOS pela legalidade e viabilidade jurídica da formalização do instrumento jurídico necessário à subvenção pleiteada, devendo ser observadas as disposições da Lei Federal nº 13.019/2017, Decreto Municipal nº 8.169/2016 e Lei Federal nº 14.113/2020.

Ao Setor de Convênio.

É o parecer, s. m. j.

Ituiutaba/MG, 18 de julho de 2025.


Luiz David Lara Filho
Procurador Adjunto

PREFEITURA DE ITUIUTABA

TERMO DE FOMENTO Nº XXX/2025 (MINUTA)

TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE
ITUIUTABA/MG, POR INTERMÉDIO
DA PREFEITURA MUNICIPAL DE
ITUIUTABA E A CASA DE MARIA
NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS.

O MUNICÍPIO DE ITUIUTABA-MG, inscrito(a) no CNPJ sob nº 18.457.218/0001-35, com sede na Praça Cônego Ângelo, s/nº, Centro, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, neste ato representado pela Prefeita **LEANDRA GUEDES FERREIRA**, e a **CASA DE MARIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS**, inscrito no CNPJ sob nº 09.640.593/0001-25, com sede na Rua 20, nº 196, Centro, doravante denominado ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, representado por sua Presidente **GEOVANE BISPO DOS SANTOS LIMA**, resolvem celebrar o presente **TERMO DE FOMENTO**, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2.014 e respectivo decreto regulamentar, e pela **Lei Municipal nº XXXX de XXX de XXX de 2025**, consoante o processo administrativo nº 10442/2025 e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O presente TERMO DE FOMENTO, decorrente de inexigibilidade de chamamento público, em razão da singularidade e em virtude da **Lei Municipal nº XXX de XXX de XXXX de 2025**, tem por objeto promoção da assistência social, desenvolvendo trabalhos individuais e em grupos, com voluntários, assistindo e apoiando programas e projetos sociais voltados ao atendimento a família, a maternidade, a terceira idade, população em situação de rua e em especial aqueles que se encontram em risco social, fornecendo agasalhos, roupas e alimentação diária, conforme detalhado no Plano de Trabalho, ANEXO I.

1.2 - Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.

1.3 - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:

I - delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Município;

II - prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Município.

PREFEITURA DE ITUIUTABA

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PLANO DE TRABALHO

Para o alcance do objeto pactuado, os parceiros obrigam-se a cumprir o Plano de Trabalho que, independente de transcrição, é parte integrante indissociável do presente TERMO DE FOMENTO, bem como toda documentação técnica que dele resulte, cujos dados neles contidos acatam os parceiros.

Parágrafo Único – O Plano de Trabalho poderá ser revisto, mediante termo aditivo ou certidão de apostilamento, desde que não haja alteração do objeto e sejam submetidos e aprovados previamente pela autoridade competente.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

3.1 - São obrigações dos Partícipes:

I - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

- a) executar fielmente o objeto pactuado, de acordo com as cláusulas pactuadas, a legislação pertinente e o plano de Trabalho deste TERMO DE FOMENTO aprovado pela **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste TERMO DE FOMENTO, observando o disposto na Lei Federal nº 13.019/2014;
- b) zelar pela boa qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade social e qualidade em suas atividades;
- c) manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este TERMO DE FOMENTO a conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;
- d) prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Fomento;
- e) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;
- f) dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;
- g) responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

PREFEITURA DE ITUIUTABA

h) responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração ou de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

i) disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste termo de colaboração/termo de fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos;

j) é vedada a realização de pagamento antecipado com recursos de parceria.

II - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL:

a) promover o repasse dos recursos financeiros obedecendo ao Cronograma de Desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do termo de fomento;

b) fornecer informações para prestação de contas às organizações da sociedade civil por ocasião da celebração das parcerias, informando previamente e publicando em meios oficiais de comunicação às referidas organizações eventuais alterações no seu conteúdo;

c) emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeterá comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;

d) realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;

e) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;

f) na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;

g) viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;

h) manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;

i) divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;

PREFEITURA DE ITUIUTABA

j) instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.

CLÁUSULA QUARTA- DA GESTÃO DE ACOMPANHAMENTO

4.1 – A gestão, fiscalização e o acompanhamento da execução do presente Termo dar - se - à pelas Servidoras: GESTORA: Daiane Aparecida Cintra; Matrícula: 1280; Cargo: Diretora da Proteção Social Especial e FISCAL: Thiago Oliveira Silva; Matrícula: 3566; Cargo: Chefe de Setor de Programas e Projetos Sociais.

4.2 – O Fiscal do Termo deverá emitir relatório, bem como, atestar a execução do objeto do termo e identificar se ele está de acordo com o Plano de Trabalho.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

5.1 - O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Fomento é de até R\$50.000,00 (cinquenta mil reais),

TOTAL – R\$50.000,00 (cinquenta mil reais).

5.2 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá, para execução do presente termo de colaboração/termo de fomento, recursos no valor de até R\$50.000,00 (cinquenta mil reais). Correndo a despesa à conta da dotação orçamentária:

(OBS: AINDA NÃO INFORMADA)

CLÁUSULA SEXTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

6.1 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no Plano de Trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

6.2 - É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Fomento, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês; ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

6.3 - Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do termo de colaboração/termo de fomento ou da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

6.4 – A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá observar na realização de gastos para a execução do objeto do presente termo a proporcionalidade entre os recursos transferidos e os recursos próprios a serem aplicados a título de contrapartida.

PREFEITURA DE ITUIUTABA

6.5 - As receitas oriundas dos rendimentos da aplicação no mercado financeiro não poderão ser computadas como contrapartida, devida pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.

6.6 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

I - quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no termo de colaboração ou de fomento;

III - quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

IV - no ato efetivo do pagamento verificar-se-á todas as regularidades fiscais formais.

6.7 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

7.1 - O presente TERMO DE FOMENTO deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2 - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, para:

I - utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria;

II - finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;

III - repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;

PREFEITURA DE ITUIUTABA

IV - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

7.3 - Os recursos transferidos poderão ser utilizados para realizar os pagamentos nos termos do Plano de Trabalho Anexo.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

8.1 - O presente TERMO DE FOMENTO vigorará até 31/12/2025, podendo ser prorrogado mediante acordo entre as partes, conforme prazo previsto no anexo Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.

8.2 - Sempre que necessário, mediante proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente TERMO DE FOMENTO.

CLÁUSULA NONA - DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

8.1 - O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei n.º 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

I - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III - valores efetivamente transferidos pela administração pública;

IV - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo TERMO DE FOMENTO;

V - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

9.2 - Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I - retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

PREFEITURA DE ITUIUTABA

II - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

10.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

I – extrato da conta bancária específica;

II - notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;

III - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;

IV - material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;

V - relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e

VI - lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

VII –Relatório de execução Físico – Financeiro;

VIII – Relatório de Execução da Receita e da Despesa;

IX – Relação de Pagamentos;

X –Relação de Conciliação Bancária;

XII – Outros documentos que a Comissão de Seleção, Monitoramento, avaliação e prestação de Contas julgarem necessários.

§ 1.º - Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

§ 2.º - A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até noventa dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

§ 3.º - Para análise periódica da execução do objeto a prestação de contas financeira deverá ser apresentada MENSALMENTE para prévia análise junto à Secretaria

PREFEITURA DE ITUIUTABA

Municipal de Finanças e Orçamento, apresentando relação de pagamentos efetuados, faturas, duplicatas, recibos de pagamento de autônomos, guiam de recolhimento de encargos sociais ou de tributos, ou quaisquer outros documentos comprobatórios de despesa e ainda a conciliação bancária conjuntamente com o extrato bancário mensal e aplicações financeiras.

10.2 - A prestação de contas relativa à execução do termo de colaboração ou de fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

I - relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

II - relatório de execução financeira do termo de colaboração ou do termo de fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

10.3 - A Administração pública municipal considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

I - relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;

II - relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do TERMO DE FOMENTO.

10.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019, de 2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

I - os resultados já alcançados e seus benefícios;

II - os impactos econômicos ou sociais;

III - o grau de satisfação do público-alvo;

IV - a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

10.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019, de 2014, devendo concluir, alternativamente, pela:

I - aprovação da prestação de contas;

II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou

III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

PREFEITURA DE ITUIUTABA

10.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 1º O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

10.7 -A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do **caput** sem que as contas tenham sido apreciadas:

I - não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II - nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

10.8 - As prestações de contas serão avaliadas:

I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

PREFEITURA DE ITUIUTABA

- c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
- d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

10.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

10.10 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no termo de colaboração ou de fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

10.11 - Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA –DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

11.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

I - advertência;

II- suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva da **Secretária Municipal de Desenvolvimento Social**, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

PREFEITURA DE ITUIUTABA

11.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

11.3 - A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

12.1 - O presente termo de colaboração/termo de fomento poderá ser:

I - denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II - rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e

d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS BENS REMANESCENTES

13.1 - Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

13.2 – Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Colaboração/Fomento.

13.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

13.4– Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados a outra Organização da Sociedade Civil que se proponha a fim igual ou semelhante ao da Organização doadora, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado,

PREFEITURA DE ITUIUTABA

13.5—Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto neste TERMO DE FOMENTO, sob pena de reversão em favor da Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICIDADE

14.1 - A eficácia do presente TERMO DE FOMENTO ou qualquer alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Site Oficial do Município, a qual deverá ser providenciada pela administração pública municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

15.1 - Acrescenta-se ao Convênio ora aditado o “Anexo I – Do cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados – Lei nº 13.709/2018”.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

16.1 – A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.

16.2 – Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto.

16.3 – A alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente a prorrogação de prazo de vigência do ajuste, deverá ser previamente submetido à Procuradoria do Município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.

16.4 – É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

17.1 - Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

I - as comunicações relativas a este termo de colaboração/termo de fomento serão remetidas por correspondência ou e-mail e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;

II - as mensagens e documentos, resultantes da transmissão via e-mail, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias; e

PREFEITURA DE ITUIUTABA

III - as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste termo de colaboração/termo de fomento, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

18.1 - Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste termo de colaboração/termo de fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro da Comarca de Ituiutaba, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

18.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 3 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Ituiutaba, 21 de julho de 2025.

LEANDRA GUEDES FERREIRA
PREFEITA DE ITUIUTABA

GEOVANE BISPO DOS SANTOS LIMA
PRESIDENTE

ANEXO I

**DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LEI Nº
13.709/2018.**

PREFEITURA DE ITUIUTABA

1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

2. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

3. As partes responderão administrativa e judicialmente caso causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados.

4. Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, e cópia do documento de identificação (listar outros, quando cabível).

5. A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

6. A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.



Controladoria Geral do Município

Av. 17 nº 1084 – Centro – CEP: 38300-132
ITUIUTABA – MG - Fone: (34) 3271-8120
e-mail: controladoria@ituiutaba.mg.gov.br

PROCESSO: 10442/2025

ASSUNTO: Celebração de Termo de Fomento –

INTERESSADO: Casa de Maria Nossa Senhora das Graças

PARECER TÉCNICO Nº 220/2025 – CONTROLE INTERNO

A CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ITUIUTABA-MG – CGM, têm suas atribuições regulamentadas em legislação federal e municipal.

As rotinas de trabalho adotadas pelo Controle Interno cabe, primordialmente, exercer a fiscalização dos atos da administração, comprovando os princípios constitucionais tais como: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, e quando detectadas possíveis irregularidades insanáveis dos atos e fatos nos procedimentos licitatórios, na execução orçamentária e financeira efetivamente realizadas, esta Controladoria encaminhará denúncia ao Ministério Público e comunicará os órgãos de Controle Externo sobre tais irregularidades.

I - DO RELATÓRIO

Foi encaminhado a Esta Controladoria PA 10442/2025, para análise da Minuta do Termo de Fomento a ser celebrado entre a Prefeitura de Ituiutaba-MG e Casa de Maria Nossa Senhor das Graças.

Em análise do pedido e Plano de Trabalho, verificamos que foi solicitado o repasse de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), para atender as necessidades de custeio da Casa de Maria Nossa Senhor das Graças.

O processo veio instruído com a aprovação do Plano de Trabalho pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Parecer Técnico e Parecer Jurídico, com fulcro na Lei Federal nº 13.019/2014, Decreto nº 8.169/2016 e Decreto nº 8.362/2017, sendo esses os dispositivos legais que regulamentam, as parcerias celebradas entre a Administração Pública Municipal Direta e Indireta e as Organizações da Sociedade Civil

É o breve relatório.

II – DA ANÁLISE

O Termo de Fomento é o instrumento pelo qual são formalizadas as parcerias com OSC's, selecionadas por meio de chamamento público, exceto nos casos de dispensa ou inexigibilidade, em regime de mútua cooperação, com o objetivo de incentivar e reconhecer iniciativas próprias desenvolvidas ou criadas pelas OSC's em plano de trabalho, com metas e ações que contemplem o interesse público, observando-se os programas ou plano setorial da área correspondente, quando houver.



Controladoria Geral do Município

Av. 17 nº 1084 – Centro – CEP: 38300-132

ITUIUTABA – MG -Fone: (34) 3271-8120

e-mail: controladoria@ituiutaba.mg.gov.br

Frente a documentação acostada aos autos, verificamos que foram anexados os documentos necessários para o prosseguimento da celebração do Termo de Fomento, conforme Decreto nº 8.362/2017, entretanto, entendemos ser necessário observar o que segue:

- Informar a Dotação Orçamentária para constar no Termo de Fomento;

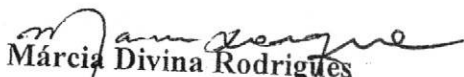
Por fim, ressaltamos que no momento da elaboração da Lei que autoriza o repasse, deverá ser observado que o Plano de trabalho atrelado as emenda impositivas informam **recursos somente para CUSTEIO.**

Ante o exposto, desde que atentos as observações, entende-se que o processo está revestido das formalidades legais atento ao que dispõe a Lei nº 13.019/2014, o Decreto nº 8.169/2016 e Decreto nº 8.362/2017.

IV- CONCLUSÃO

Ante o exposto, considerando a documentação anexa, a aprovação do Plano de Trabalho pelo Gestor, o Parecer Jurídico que opina pela legalidade formal e material de Projeto de Lei para formalizar o Termo de Fomento e Parecer Técnico aprovando a proposta apresentada, esta Controladoria não vislumbra óbice ao prosseguimento do feito, **desde que sejam sanadas as observações apontadas.**

Ituiutaba, 22 de julho de 2025.


Márcia Divina Rodrigues
Controladora Geral do Município



PREFEITURA

ITUIUTABA

Faz acontecer

Despacho - Proc. nº 10442/2025

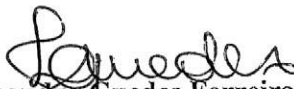
Em face ao ofício da Casa de Maria Nossa Senhora das Graças que através de seu Presidente Geovane Bispo dos Santos, solicitou a formalização de parceria através da celebração de Termo de Fomento para a liberação 50.000,00 (cinquenta mil reais), oriundo **superávit financeiro conforme informado pela senhora secretaria de desenvolvimento social.**

O procedimento foi encaminhado ao Setor de Convênios e posteriormente à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, que analisou toda a documentação e se manifestou às fls. 82/82, aprovando o plano de trabalho apresentado às fls 03/05, e, informando as servidoras que ficaram responsáveis pela Gestão e fiscalização da execução do objeto do plano de trabalho.

Diante disso, e em consonância com o parecer técnico da Comissão de Acompanhamento, o parecer jurídico de nº 606/2025 da Procuradoria Geral e os pareceres técnicos da Controladoria Geral e o plano de trabalho às fls. 03 a 05, **autorizo** o envio do Projeto de Lei à nossa Egrégia Casa Legislativa para possibilitar a formalização do Termo de Fomento e o repasse de recurso no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a Casa de Maria Nossa Senhora das Graças.

Remeta ao Departamento de Elaboração, Atualização Legislativa e Atos Administrativos para as devidas providências.

Ituiutaba, 23 de julho de 2025.


Leandra Guedes Ferreira
Prefeita de Ituiutaba